



INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA,
SOCIOLOGIA E POLÍTICA (ILAESP)

DESENVOLVIMENTO RURAL E
SEGURANÇA ALIMENTAR (DRUSA)

AÇÚCAR AMARGO: AUGE E DECLÍNIO DOS BANGUÊS NORDESTINOS EM
MENINO DE ENGENHO E *USINA* DE JOSÉ LINS DO REGO.

GLÁUCIA RÚBIA DA CONCEIÇÃO CAVALCANTE

Foz do Iguaçu
2022

AÇÚCAR AMARGO: AUGE E DECLÍNIO DOS BANGUÊS NORDESTINOS EM *MENINO DE ENGENHO* E *USINA* DE JOSÉ LINS DO REGO.

GLÁUCIA RÚBIA DA CONCEIÇÃO CAVALCANTE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociologia e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar.

Orientador: Prof. Dr. Exzolvildres Queiroz Neto

Foz do Iguaçu

2022

GLÁUCIA RÚBIA DA CONCEIÇÃO CAVALCANTE

AÇÚCAR AMARGO: AUGE E DECLÍNIO DOS BANGUÊS NORDESTINOS EM *MENINO DE ENGENHO* E *USINA* DE JOSÉ LINS DO REGO.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociologia e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Exzolvildres Queiroz Neto
UNILA

Prof. Dr. Dirceu Basso
UNILA

Prof. Dr. Gilson Batista de Oliveira
UNILA

Foz do Iguaçu, ____ de _____ de ____.

TERMO DE SUBMISSÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

Nome completo do autor(a): Gláucia Rúbia da Conceição Cavalcante

Curso: Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar

Tipo de Documento	
(x) graduação	(.....) artigo
(.....) especialização	(x) trabalho de conclusão de curso
(.....) mestrado	(.....) monografia
(.....) doutorado	(.....) dissertação
	(.....) tese
	(.....) CD/DVD – obras audiovisuais
	(.....) _____

Título do trabalho acadêmico: Açúcar amargo: auge e declínio dos banguês nordestinos em *Menino de Engenho* e *Usina* de José Lins do Rego

Nome do orientador(a): Prof. Dr. Exzolvildres Queiroz Neto

Data da Defesa: ____/____/____

Licença não-exclusiva de Distribuição

O referido autor(a):

a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que o detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

Na qualidade de titular dos direitos do conteúdo supracitado, o autor autoriza a Biblioteca Latino-Americana – BIUNILA a disponibilizar a obra, gratuitamente e de acordo com a licença pública *Creative Commons Licença 3.0 Unported*.

Foz do Iguaçu, ____ de _____ de _____.

Assinatura do Responsável

*Dedico este trabalho ao meu pai, Gerson
Correia Cavalcante, que me ensinou as
primeiras letras (in memoriam).*

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço ao meu professor orientador Dr. Exzolvildres Queiroz Neto, pela paciência e disponibilidade em aceitar trabalhar com a temática proposta, sobretudo, pela sua importante instrução (e ensinamento) e por ter me apresentado novas possibilidades na seara da pesquisa acadêmica.

À minha mãe Ananias Francisca, pelo apoio incondicional em todos os momentos da minha vida.

Ao meu namorado Lucas Áquila, que acompanhou todas as etapas de produção deste trabalho no atual contexto pandêmico, oferecendo a sua amizade e muitas xícaras de café.

À Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA –, pelo brilhante projeto político pedagógico, fortalecendo e ampliando as redes de conhecimento entre os “países Hermanos” e promovendo o desenvolvimento desta cidade (Foz do Iguaçu), que me acolheu tão bem nesses anos de graduação.

Aos professores da banca examinadora e a todos os demais professores da graduação em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar, por me apresentarem as diversas facetas do rural, em especial, o professor Dr. Valdemar João Wesz Junior, que me acompanhou desde a ministração da disciplina TCC I, incentivando a escolha da temática e o ato de escrever.

Aos colegas de curso pelas trocas de experiências, conversas e acolhimento ao longo desses anos de graduação.

E por fim, agradeço a um serzinho de quatro patas, Judynha, que foi meu alívio psicológico nesses “tempos difíceis para os sonhadores”.

“[...] e milhões de nordestinos são vomitados anualmente em novos nichos de desilusão e miséria. E, para que o Brasil reproduza um passado anterior à sua descoberta e colonização, as marchas dos sem-terra repetem as deambulações medievais. É um universo ao mesmo tempo mágico e trágico – esse Nordeste que mudou e não mudou, em sua riqueza e pluralidade, em sua miséria e integridade.”

Lêdo Ivo

“E nada é mais triste do que um engenho de fogo morto.”
José Lins do Rego

CAVALCANTE, Gláucia Rúbia da Conceição. **AÇÚCAR AMARGO**: Auge e declínio dos banguês nordestinos em *Menino de Engenho* e *Usina* de José Lins do Rego. 74 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2022.

RESUMO

As bases econômicas da colonização brasileira foram a monocultura, o engenho Banguê e o trabalho escravo, que moldaram o padrão do sistema produtivo colonial, concentrado na Zona da Mata nordestina. Essa estrutura, começa a desintegrar-se com a modernização da economia açucareira no final do século XIX, refletida na transição dos engenhos banguês para as usinas. Processo este, descrito nos “romances do açúcar” do escritor modernista José Lins do Rego, paraibano que juntamente com os regionalistas 1930, incorporou a crítica social na literatura brasileira. O presente trabalho, através do diálogo entre Literatura, História e Sociedade, busca analisar a metamorfose do espaço rural nordestino, tendo como objetivo geral o estudo da influência sociocultural da ocupação econômica na região. A metodologia utilizada na pesquisa foi basicamente qualitativa, realizada a partir de fontes primárias (censo agropecuário de 1940), dados secundários e revisão bibliográfica sobre a civilização do açúcar. O corpus do trabalho foi composto pelos romances *Menino de Engenho* (1932) e *Usina* (1936), cujas narrativas foram objeto de uma análise conteudista. Não só o rural brasileiro se transformou com o projeto desenvolvimentista do Estado Novo, mas as próprias relações sociais, ecológicas e de trabalho.

Palavras-chave: Memória. Modernismo. Regionalismo. Engenho Banguê. Aristocracia Rural.

RESUMEN

Las bases económicas de la colonización brasileña fueron el monocultivo, el ingenio Banguê y el trabajo esclavo, que configuraron el patrón del sistema productivo colonial, concentrado en la Zona da Mata del Nordeste. Esta estructura comienza a desintegrarse con la modernización de la economía azucarera a finales del siglo XIX, reflejada en la transición de los ingenios de Banguês para las usinas. Este proceso, descrito en las “novelas de azúcar” del escritor modernista José Lins do Rego, de Paraíba, quien junto con los regionalistas, en 1930, incorporó la crítica social a la literatura brasileña. El presente trabajo, a través del diálogo entre Literatura, Historia y Sociedad, busca analizar la metamorfosis del espacio rural del Nordeste, con el objetivo general de estudiar la influencia sociocultural de la ocupación económica en la región. La metodología utilizada en la investigación fue básicamente cualitativa, basada en fuentes primarias (censo agropecuario de 1940), datos secundarios y una revisión bibliográfica sobre la civilización azucarera. El corpus del trabajo estuvo compuesto por las novelas *Menino de Engenho* (1932) y *Usina* (1936), cuyas narrativas fueron objeto de un análisis de contenido. No sólo el campo brasileño se transformó con el proyecto desarrollista del Estado Novo, sino las propias relaciones sociales, ecológicas y laborales.

Palabras clave: Memoria. Modernismo. Regionalismo. Ingenio Banguê. Aristocracia Rural

ABSTRACT

The economic bases of Brazilian colonization were monoculture, the Banguê mill and slave labor, which shaped the pattern of the colonial productive system, concentrated in the northeastern Zona da Mata. This structure begins to disintegrate with the modernization of the sugar economy at the end of the 19th century, reflected in the transition from the Banguês mills to the mills. This process, described in the “sugar novels” by the modernist writer José Lins do Rego, from Paraíba, who together with the regionalists in 1930, incorporated social criticism into Brazilian literature. The present work, through the dialogue between Literature, History and Society, seeks to analyze the metamorphosis of the northeastern rural space, with the general objective of studying the sociocultural influence of economic occupation in the region. The methodology used in the research was basically qualitative, based on primary sources (1940 agricultural census), secondary data and a bibliographic review on the sugar civilization. The corpus of the work was composed of the novels *Menino de Engenho* (1932) and *Usina* (1936), whose narratives were the object of a content analysis. Not only the Brazilian countryside was transformed with the developmental project of the Estado Novo, but the social, ecological and work relations themselves.

Key words: Memory. Modernism. Regionalism. Banguê ingenuity. Rural Aristocracy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Pintura do engenho pelo artista neerlandês Frans Post (século XVII) ...	40
Figura 2 – Ilustração de Cícero Dias para Casa-Grande & Senzala (1933), de Gilberto Freyre.	41
Figura 3 – Plano de reforma da moenda dos engenhos de açúcar por Jerônimo Vieira de Abreu.	42

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Comissão Organizadora da Semana de Arte Moderna de 1922 em São Paulo	22
Fotografia 2 – José Lins do Rego e Gilberto Freyre. Rio de Janeiro – RJ, Brasil – 1936	24
Fotografia 3 – Engenho Corredor, na Vila Pilar, na década de 60.	27
Fotografia 4 – José Lins do Rego, entre 15 e 16 anos.....	28
Fotografia 5 – José Lins do Rego na Academia Brasileira de Letras.....	30
Fotografia 6 – Praça da Independência, Recife 1940.....	53
Fotografia 7 – A máquina da Great Western, uma North British 4-8-0 de 1905, corre pelo ramal de Barreiros (PE).....	54

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – porcentagem de africanos escravizados e distribuídos conforme a região (século XVIII)	35
Quadro 2 – Evolução dos estabelecimentos rurais da Paraíba, segundo área e valor	51
Quadro 3 – Comparação de Terras Particulares e Terras Públicas na Paraíba (1920-1940)	52
Quadro 4 – Estabelecimentos industriais pernambucanos, na data dos recenseamentos gerais de 1920 e 1940	54

MAPA

Mapa 1 – Divisão regional brasileira década de 1940.....	50
---	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 TECENDO DIÁLOGOS	16
1.1 LITERATURA E HISTÓRIA.....	17
1.2 LITERATURA E SOCIEDADE.....	18
1.3 GILBERTO FREYRE E JOSÉ LINS DO REGO	23
2 O ROMANCISTA DA DECADÊNCIA	26
2.1 NOTAS BIOGRÁFICAS	26
2.2 BRASIL: "UM MOINHO DE ESPREMER GENTE".....	31
2.2.1 Açucocracia: a civilização do açúcar	36
2.3 A ESTRUTURA DOS BANGUÊS	40
3 METODOLOGIA E RECORTE ESPACIAL	44
3.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS	44
3.2 ESPACIALIDADE: BRASIL, DÉCADA DE 1930.....	46
3.3 PARAÍBA DA DÉCADA DE 1940	49
3.4 PERNAMBUCO DA DÉCADA DE 1940.....	52
4 FORTUNA CRÍTICA	56
4.1 MENINO DE ENGENHO.....	56
4.2 USINA.....	61
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	66
REFERÊNCIAS.....	69

INTRODUÇÃO

No início do século XX, a aristocracia nordestina, comumente chamada de “açurocracia” por Gilberto Freyre (2004) em *Nordeste*, enfrentava a derrocada econômica daquele que já foi o principal insumo de exportação brasileira: o açúcar. Paralelamente, a região já vinha perdendo seu status de satélite desde meados do século XVII com a disputa de mercado com as Antilhas e, posteriormente, com a descoberta de ouro e pedras preciosas em Minas Gerais. Enquanto isso, São Paulo, desde a metade do século XIX despontava com a ascensão do café.

A passagem do século foi um período conturbado em todas as esferas, ou como diria a historiadora Mary Del Priore, uma *Belle Époque* não tão *Belle*. A começar pela própria mudança do regime político: a última monarquia do continente americano foi usurpada pela República, abruptamente, numa proclamação orquestrada sem a participação popular.

Similarmente, no ano anterior e de forma desorganizada, foi promulgada a Lei n.º 3.353 de 13 de maio de 1888. Sancionada sem nenhum planejamento, a “Lei Áurea” teoricamente simbolizava o fim da escravidão. Contudo, o regulamento não foi acompanhado de nenhuma política de inclusão dos recém-libertos na sociedade.

A recente república brasileira ansiava na busca por uma identidade nacional. Uma pátria fundada na sombra do trabalho escravo, que teve suas bases, como bem salientou Sérgio Buarque de Holanda, fora dos meios urbanos. Uma civilização de raízes rurais que mesmo após a independência manteve os fundamentos tradicionais patriarcais. Assim, mesmo às avessas, a abolição da escravatura vai dá a largada de uma “revolução” gradual na sociedade brasileira, preparando o terreno para a ascensão dos centros urbanos e o declínio da influência ibérica.

Foram tempos extremos, o mundo respirava um ar putrefato. Uma Guerra Mundial, que deixou milhões de mortos e inválidos, seguida praticamente da primeira revolução socialista e da grande crise econômica de 1929. Enquanto isso, o povo assistia aterrorizado a ascensão dos regimes totalitários na Europa.

Boris Fausto (2006), descreve esse período no Brasil como a “modernização autoritária”, em referência ao crescimento econômico e urbanístico no Estado Novo. Getúlio Vargas, ao implantar um regime autoritário em 1937, ou melhor, ao dar um golpe no Estado fechando o Congresso Nacional sob a desculpa de ameaça comunista, inaugura políticas econômicas desenvolvimentistas.

Todavia, essa visão progressista, confiante no poder da industrialização nacional, não refletia a realidade da maioria dos brasileiros. Mariana Duarte em *Enxadas de açúcar*, expõe dados do censo de 1920: dos 9,1 milhões de pessoas que realizavam atividades econômicas, 6,3 milhões (o que correspondia a 69,7% desta população em atividade) se dedicavam a agricultura. Ou seja, a maioria dos brasileiros ainda vivia na zona rural e a agricultura continuava como setor chave da economia.

O passado, aquele passado colonial, ainda está, e bem saliente, em traços que não nos deixam iludir, em caracteres da nossa estrutura econômica e social. (PRADO JR., 2011).

E o que Jose Lins do Rego tem a ver com todo esse panorama que foi descrito acima?

José Lins do Rego Cavalcanti, foi um escritor paraibano que fez parte da Segunda Fase do Movimento Modernista brasileiro, que ficou conhecido como o Regionalismo de 30. Autores consagrados como Jorge Amado, Graciliano Ramos, Rachel de Queiroz e Érico Veríssimo integravam o time dos romancistas que abordavam em suas obras as questões sociais, expondo e denunciando os problemas estruturais do país.

Diferentemente da Primeira Fase (1922-1930), marcada pela Semana de Arte Moderna, que indiscutivelmente rompeu com a ordem estética, mas ironicamente foi custeada pelos filhos dos ricos fazendeiros paulistas, o “Romance de 30” representou uma literatura engajada que foi permeada por questões ideológicas.

Concomitantemente, surgiram os intérpretes do Brasil, formando o que ficou conhecida como a tríade da historiografia e sociologia brasileira: Gilberto Freyre com *Casa-Grande & Senzala* (1933), Sérgio Buarque de Holanda com *Raízes do Brasil* (1936) e Caio Prado Júnior com *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942).

Explicitamente, José Lins do Rego inspirou-se socialmente nas ideias de Gilberto Freyre (com quem mantinha uma amizade desde 1923) para escrever seu primeiro romance, *Menino de Engenho*, que integra o “Ciclo da Cana-de-açúcar”, composto pelo já citado M.E.¹ mais *Doidinho*, *Banguê*, *O Moleque Ricardo* e *Usina*, tendo em *Fogo Morto* uma síntese. Dada as limitações de tempo para a elaboração do TCC, focarei em apenas duas de suas obras (*Menino de Engenho* e *Usina*), que transitam entre os dois extremos: apogeu e queda do patriarcado rural nordestino.

¹ Menino de Engenho

Segundo o pesquisador Bernardo Borges Buarque de Hollanda (2012), o ciclo da cana também é o ciclo de submissão dos trabalhadores do campo. Os livros acompanham assim, o êxodo rural e a proletarização desses trabalhadores, que vão migrar para os centros urbanos expropriados de suas terras, pois o campo agora é o palco das grandes usinas.

Entre fins do século XIX e início do século XX, a situação crítica do açúcar resultará no surgimento de uma nova classe produtora em nível regional: os usineiros. As usinas, centros mecanizados de armazenamento e de refinamento do açúcar, surgem no cenário do Nordeste [...] como uma forma de fazer frente aos desafios de modernização de engenhos. (HOLLANDA, 2012, p. 15)

Gladson de Oliveira (2014), em sua tese sobre a modernização da economia açucareira nordestina, vai frisar que a racionalização do engenho deveria iniciar com o rompimento das relações travadas entre os senhores e a comunidade, com o distanciamento entre os usineiros e os operários a partir da incorporação de comportamentos burgueses pela antiga família senhorial.

As transformações das relações cotidianas foi uma das consequências da implantação das usinas de açúcar, e isso pode ser observado nos escritos de José Lins do Rego. A memória do autor se confunde com a dos seus personagens, pois José Lins, assim como o protagonista Carlinhos, cresceu na Casa-Grande do engenho. O destino do Santa Rosa é a sina dos Banguês nordestinos: serem devorados pelas usinas progressistas. Mais do que isso, não podemos esquecer que o ponto de vista do escritor é a visão senhorial, onde nostalgia e denúncia se mesclam. Portanto, é crucial examinar como essa metamorfose do espaço rural e a dinâmica das relações são reproduzidas.

O propósito dessa pesquisa é analisar como os livros escolhidos de José Lins retratam a desarticulação da organização social patriarcal, procurando em *Menino de Engenho* (1932) e *Usina* (1936), como o autor narra o definhamento do açúcar nordestino sob o espectro do Engenho Santa Rosa, que se transforma em Usina Bom Jesus. Para isso, será estudado o espaço do engenho, evocado pelo personagem Carlinhos, pois esse recinto determina ações, emoções e pensamentos. A transição econômica, ou o fim do ciclo da cana-de-açúcar, por sua vez, será aprofundado em *Usina*, romance crítico da exploração dos trabalhadores/operários no quadro da decadência patriarcal.

Deste modo, o objetivo geral da investigação é estudar como a ocupação econômica do Brasil para exploração do plantation, baseada na monocultura de latifúndio, influenciou cultural e socialmente a região Nordeste. Para isso, é importante analisar a construção da sociedade brasileira a partir do diálogo entre a História e a Literatura,

resgatando os aspectos socioeconômicos nas narrativas dos romances do açúcar, datados no período de 1930-1940.

A Literatura foi escolhida como fonte de pesquisa porque a ficção dialoga com os problemas sociais, não se limitando à apenas reproduzir a realidade, mas reinventando e dando voz às pautas dos marginalizados através dos personagens criados. Como ponderou Ivan Cavalcanti Proença² (2018), no prefácio da nova edição de *Menino de Engenho*, a literatura, em geral, traz à tona tudo que a história (oficial ou não) por princípio e metodologia costuma evitar: as gentes, sua índole, suas paixões e fraquezas, os cotidianos, o humano dos personagens.

Outrossim, por pertencer a esse recorte e identidade regional, a pesquisadora sempre teve o desejo de estudar e compreender o processo de desmonte da aristocracia rural por meio de um escritor “*conterrâneo*”.

A pesquisa, no primeiro momento, foi realizada a partir de dados secundários, colhidos através de fontes bibliográficas, na qual foi feita uma revisão (de caráter qualitativo) da literatura acadêmica sobre a temática.

No segundo momento, para a análise espacial, foram utilizados dados de natureza híbrida (qualitativos e quantitativos) através de informações primárias obtidas por meio do censo agropecuário brasileiro de 1940.

O trabalho foi dividido em quatro partes.

O capítulo 1 – Tecendo Diálogos – foi dedicado a fundamentação teórica, buscando as relações entre História, Literatura e Sociedade, e entre o escritor José Lins do Rego e o sociólogo Gilberto Freyre.

No capítulo 2 – O Romancista da Decadência –, foram expostos dados biográficos de José Lins, discutida a formação da civilização do açúcar e a estrutura dos banguês nordestinos.

Ao capítulo 3 – Metodologia e Recorte Espacial – foi reservada a descrição da metodologia utilizada no trabalho, a análise panorâmica do país pós “Revolução” de 1930 e a exposição de dados (com o auxílio do censo agropecuário de 1940) sobre os estados da Paraíba e Pernambuco, na época do lançamento dos romances estudados.

O capítulo 4 – Fortuna Crítica – é utilizado para a análise de conteúdo das obras literárias *Menino de Engenho* e *Usina*.

² Ivan Proença é professor, mestre e doutor em literatura ensaística.

Por fim, tem-se as considerações finais do trabalho e as referências empregadas na construção da pesquisa.

1TECENDO DIÁLOGOS

É inegável a intersecção entre a Literatura e as Ciências Sociais. Cauby Dantas³ (2015) evidencia que essa interpenetração literatura-sociedade, salienta o vínculo entre a obra e o ambiente, a ocorrência dos aspectos sociais na obra literária. Ainda assim, a Literatura é uma forma de expressão artística e não devemos esquecer a suas intenções estéticas.

Mas nem tudo é arbítrio. Entre o real e a sua transfiguração literária há limites, tensões. Escritor e texto colocam-se, com efeito, sob uma rede de interações onde se misturam situações de classe e a posição social ocupada, escolas e prestígio ou a ausência deste, mídia, crítica literária, [...] partidos, ideologias, compromissos. (DANTAS, 2015, p. 36).

E, no caso das obras de José Lins do Rego, as fronteiras entre a memória e a ficção são tênues. Podemos falar entre tensão e confluência. Encontro do passado no “presente”. Nenhuma forma narrativa é completamente autônoma.

A verdade da memória é singular, não é? Contar o passado significa remontar longe nos anos, atravessar fronteiras, deixar-se guiar pelo fluxo das imagens, das associações livres, dos vazios e das reentrâncias esculpidas pelo tempo. A memória seleciona, elimina, exagera, minimiza, glorifica, denigre. Modela sua própria versão dos fatos, libera sua própria realidade. Heterogênea, mas coerente. (DEL PRIORE, 2017, p.11).

A memória, para Mary Del Priore (2017), é mais que um material bruto para usar depois de passar pela peneira da grande História. É verdade que precisamos contestá-la com outros testemunhos, porém, ela acolhe experiências que nos ajudam a compreender a complexidade dos comportamentos humanos. A oposição entre História e memória não é absoluta.

Que o diga Le Goff! Para o estudioso francês, a memória coletiva sofreu grandes transformações com a constituição das ciências sociais e desempenha um papel importante na interdisciplinaridade que tende a instalar-se entre elas (LE GOFF, 1990). Essa memória está ligada aos comportamentos e mentalidades de uma época.

³ Destacado pesquisador da obra de José Lins do Rego, Mestre em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba (2005).

Os romances do açúcar de José Lins do Rego fundem engenho e memória, são epopeias rurais que, apesar do valor sociológico, não se limitam ao documental.

Se é verdade que a memória restituiu a José Lins do Rego os fatos, ele os transfigurou em ficção, nem por isso se trata de um autor que se limite a reminiscências. É porque José Lins costura as duas tramas, a da imaginação a da memória, que de cada leitura podem emergir novos significados e associações. (TRIGO, 2002, p. 25).

As memórias da infância são suas matérias-primas, que transitam entre a exaltação nostálgica e a consciência crítica da década de 1930. Tempo interior caminha de mãos dadas com o tempo histórico.

1.1 LITERATURA E HISTÓRIA

A *Escola dos Annales*⁴, em meados do século XX, foi fundamental para a ampliação do conceito de fonte histórica, mudando o sentido cânone de documento como “monumento”. Essa ruptura com a sacralidade documental permitiu uma análise mais humana, como diria Marc Bloch (2001), e interdisciplinar do documento.

Leandro Karnal e Flávia Tatsch, em *O Historiador e suas fontes*, argumentam: “[...] todo documento histórico é uma construção permanente” (2009, p. 12), que permite leituras variadas com interpretações distintas.

A História tornou-se uma disciplina acadêmica em busca de seu status científico no final do século XIX. Nesse contexto metodológico, a fonte escrita e oficial categorizou-se como documento. O século XX foi um divisor de águas, a partir da década de 1970 historiadores franceses, com destaque para Jacques Le Goff, ampliaram o território temático da História, incluindo objetos como a Língua e a Literatura.

É praticamente impossível encontrar uma definição canônica da Literatura. A teórica Márcia de Abreu (2006), em *Cultura Letrada: literatura e leitura*, opina que mesmo assim devemos discutir o seu conceito, pois ela é sobretudo um fenômeno cultural e histórico e, portanto, passível de receber diferentes definições em diferentes épocas e por diferentes grupos sociais.

⁴ Movimento historiográfico francês que surgiu em 1929 com a revista *Annales d'Histoire Économique et Sociale* com uma visão divergente da historiografia positivista, acrescentando novas fontes à pesquisa histórica e criando, inclusive, um novo conceito de temporalidade.

Ademais da ausência de uma definição dogmática, podemos constatar que:

[...] toda ficção está sempre enraizada na sociedade, pois é em determinadas condições de espaço, tempo, cultura e relações sociais que o escritor cria seus mundos de sonhos, utopias ou desejos, explorando ou inventando formas de linguagem. (FERREIRA, 2009, p.67).

Deste modo, interessa à pesquisa histórica a Literatura, pois a mesma abre caminhos para a compreensão de conjunturas, dos contextos socioculturais com valores que vão além do estético.

História e Literatura são regiões em que as fronteiras e os saberes dialogam. Entretanto, segundo o professor e pesquisador Sidney Chalhoub⁵, é necessária a adoção de procedimentos metodológicos no campo da história, analisando o texto literário a partir de várias perguntas internamente e externamente ao texto, permitindo-se a investigação de outros documentos para que seja possível articular um entendimento acerca do passado (SAMPAIO; SILVA, 2021).

Em contrapartida, a professora Ligia Cademartori argumenta que não se pode tratar o texto literário como um registro de atos, que o pesquisador deve levar em conta as ambiguidades existentes no discurso contido no texto literário (1998).

Assim, ainda segundo a autora, é preciso levar em conta que os fenômenos históricos se refletem na literatura sim, mas como um objeto diante de um espelho que se partiu em múltiplos fragmentos. A correspondência não é linear. Alice continua do outro lado do espelho. (CADEMARTORI, 1998).

Ou seja, a literatura não é uma descrição fiel da realidade, mas uma perspectiva que pode ser problematizada pelo historiador a partir de um embate social.

1.2 LITERATURA E SOCIEDADE

O subtítulo deste capítulo é o nome de uma das obras mais famosas do crítico literário Antonio Candido, que averigua em seu livro como a realidade social se transforma em componente de uma estrutura literária. Para o autor, um escrito só pode ser

⁵ Referência brasileira na pesquisa histórica com fontes literárias. É professor titular da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

entendido integralmente a partir de uma fusão entre o texto e o contexto, numa interpretação dialética.

Explorar o ponto de vista sociológico nos estudos literários demanda uma investigação complexa, pois assim como a literatura se constitui de vários fatores sociais, determinar a sua interferência nas características essenciais da obra é como transportar-se em um abismo (CANDIDO, 1976).

Antonio Candido reforça ainda as teorias sobre o dinamismo das obras, que influenciam e definem as relações entre os homens:

A literatura é, pois, um sistema vivo de obras, agindo umas sobre as outras e sobre os leitores; e só vive na medida em que estes a vivem, decifrando-a, aceitando-a, deformando-a. A obra não é produto fixo, unívoco ante qualquer público; nem este é passivo, homogêneo, registrando uniformemente o seu efeito. São dois termos que atuam um sobre o outro, e aos quais se junta o autor, termo inicial desse processo de circulação literária, para configurar a realidade da literatura atuando no tempo. (CANDIDO, 1976, p. 84).

Com isso, o crítico queria expressar que a obra é mediadora entre o autor e o público, entre o autor e a própria obra. E esse público, configura-se pela existência e natureza dos meios de comunicação.

No Brasil, as primeiras manifestações literárias “oficiais” foram feitas nas igrejas e academias. A literatura colonial era, segundo Candido, dominada pelo sermão e pelo recitativo e o escritor não existia enquanto papel social definido.

Somente após a Independência, o escritor passou a adquirir uma consciência de si mesmo e a produzir uma literatura “militante” que chegou ao grande público numa simbiose entre literatura e política.

A primeira metade do século XIX em nosso país, foi varrida pelos ideais da Revolução Francesa e a ascensão da burguesia. Foi, sobretudo, marcada pela vinda da Família Real em 1808, que acelerou o processo de independência (que assim como os movimentos literários vigentes, foi elitista). Esse contexto vai suscitar valores para o novo público leitor.

A ideia de identidade, o nacionalismo, vai aflorar com a criação de um herói brasileiro em um indianismo à europeia, tendo o silvícola características caucasianas e sendo representado como o bom selvagem de Rousseau (1996).

A grande transformação vai acontecer na virada de século. A era dos extremos, como ficou conhecido o “breve século XX” na perspectiva de Eric Hobsbawm

(1995), foi marcado por contradições e decepções. O centenário paradoxal: do progresso, mas também da barbárie. A boêmia Europa que brindava os anos dourados, que celebrava a *Belle Époque* das grandes invenções tecnológicas (reflexos da recente Revolução Industrial) ao som do frenético jazz...de repente, foi surpreendida por uma revolução socialista, regimes totalitários e duas grandes guerras mundiais que a consumiram.

As impactantes mudanças desse caótico período foram espelhadas na América e em seus jovens Estados-nacionais foram depositadas as esperanças de uma geração, já que na ótica niilista a Europa estava podrida/perdida. É nesse contexto que as manifestações artísticas irão ganhar um novo significado, não somente estético, não mais uma Arte pela Arte, mas uma arte engajada, politizada, que escancare as mazelas sociais. Como o lema grande poeta russo Maiakovski (2012): "Sem forma revolucionária não há arte revolucionária".

Posto isso, as vanguardas artísticas europeias com seus ISMOS (Dadaísmo, Futurismo, Surrealismo, Cubismo, ...) serão fontes de inspiração para manifestações latinas, que embora tenham bebido dessas fontes estrangeiras, adquiriram características específicas a partir da realidade de seus países. Contrariando então alguns críticos, o modernismo latino-americano não foi um movimento homogêneo, tampouco uma simples cópia eurocêntrica, ao contrário, foi original em suas temáticas que muitas vezes faziam frente a governos populistas.

Uma das primeiras perguntas que poderiam ser formuladas é se de fato existiu uma vanguarda na América Latina. Embora hoje essa questão possa esconder um fundo retórico, não é arriscado responder afirmativamente. A partir da década de 1920, a transformação dos panoramas culturais rompe de maneira radical com a tradição finissecular; a vastíssima bibliografia disponível e a riquíssima documentação, ambas ainda em fase de exploração, permitem não apenas confirmar a existência das vanguardas, mas também delinear uma arqueologia dos respectivos movimentos. [...] As vanguardas não apenas atuavam de maneira apaixonada; elas também apresentavam especificidades bem definidas, de acordo com os movimentos que as tornaram possíveis. (SCHWARTZ, 2008, p.46-47).

Destaco a vanguarda brasileira, cujo ápice desses ideais deu-se na Semana de Arte Moderna em 1922. Não por acaso, no centenário da Independência e no centro urbano mais desenvolvido: São Paulo, que Mário de Andrade descreve como a *Pauliceia Desvairada*.

Notoriamente, essa quebra de padrões no Brasil dá-se antes da década de 1920 com os pré-modernistas, que ainda na passagem do século XIX para o XX,

principalmente na literatura, romperam com o academicismo escrevendo obras de cunho social e criticando abertamente o problema dos “dois Brasis”: o rural esquecido, atrasado, que Euclides da Cunha retrata em *Os Sertões*, por exemplo, e o Aristocrático, das grandes capitais, que Lima Barreto vai satirizar em *Triste Fim de Policarpo Quaresma*.

Sem esquecer de citar a polêmica exposição de quadros da artista Anita Malfatti, realizada em São Paulo entre o final de 1917 e 1918, que recebeu uma pesada crítica da burguesia que a via como arte degenerada (o discurso de Monteiro Lobato⁶, ironicamente também enquadrado como um pré-modernista, pode ser comparado ao que posteriormente será reproduzido no *Terceiro Reich* alemão, ao equiparar a arte moderna à produzida nos manicômios, uma arte que supostamente deveria ser exterminada em prol de uma pureza estética e racial).

Porém, somente em 1922, com a já citada Semana de Arte Moderna, esses ideais alcançarão um público maior, “democratizando” esse conhecimento através de revistas como a *Klaxon*, que por ter uma linguagem mais coloquial que se aproximava da oralidade, atingia a massa proletária, não ficava mais restrito à nata intelectual.

A “Semana”, que ocorreu nos dias 13, 15 e 17 de fevereiro de 1922 no Teatro Municipal de São Paulo, foi encabeçada pelos filhos rebeldes da elite e recebeu o apoio dos governos estadual e municipal. Combatiam os padrões da arte oficial, fora de época e incapaz de responder aos anseios de um tempo que avançava tecnologicamente, rumo à industrialização local. O evento, que reuniu diversas apresentações seja de dança, música, exposição de obras até recital de poesias, chocou a sociedade paulistana.

Alguns estudiosos do Modernismo costumam superestimar a importância desse patrocínio oferecido por um grupo de ricos, como se representasse uma aliança dos artistas com as elites conservadoras, e que isso teria maculado o sentido de contestador da Semana, com a agravante de ter sido realizada no Theatro Municipal, o templo cultural das oligarquias. Uma pseudocontestação elitista, portanto. (TÉRCIO, 2019, p. 119).

A questão é que ademais de todo o progresso que a virada de século representou, foi a lavoura cafeeira que financiou a revolução artística em nosso país. Fato que não escapou aos olhos perspicazes de Antonio Candido, que ao redigir o prefácio da nova edição de *Raízes do Brasil* (2014), salientou que os próprios intelectuais e políticos

⁶ No artigo *Paranoia ou mistificação?*, publicado no periódico *O Estado de São Paulo*.

eram um prolongamento dos pais fazendeiros. Sendo o ouro negro, o catalizador do desenvolvimento das comunicações e urbanização.

Foto 1 - Comissão Organizadora da Semana de Arte Moderna de 1922 em São Paulo



Fonte: blog Grafittiartes, 2020⁷

Mário de Andrade (apud AZEVEDO, 1984), que está entre os organizadores representados na foto acima, expressou a contradição da Semana que buscava o “novo” e foi encontrá-lo na Europa, realizando manifestações sem nenhuma explicação que afastaram o público. Propôs, então, uma arte nacionalizante, prática, sem idealismo e com mais ação.

Em síntese, a Arte como crítica social, mostrando as raízes desse Brasil desigual, de contrastes regionais, agrário, patriarcal, oligárquico, mas também composto de sobreviventes, de sujeitos históricos (agora agentes) que lutam contra esse subdesenvolvimento não mais determinista, será retratada em três gerações de escritores (a partir da década de 30) que compreendiam que somente a arte não bastava para transformar a sociedade, ela necessitava agregar-se a uma práxis, denunciar, horrorizar, escancarar e sobretudo conscientizar.

⁷ Disponível em: <<https://blog.grafittiartes.com.br/historia-da-semana-de-arte-moderna-de-1922/>> Acesso em: 01 fev. 2022.

1.3 GILBERTO FREYRE E JOSÉ LINS DO REGO

O sociólogo pernambucano Gilberto de Mello Freyre, nascido em Recife no ano de 1900, é uma figura controversa na seara acadêmica. Seus ensaios, desde a forma e linguagem, revolucionaram as ciências sociais com um vocabulário mais acessível, abarcando leitores fora das academias de ensino, com textos permeados de sensualidade. Contudo, suas teses sobre a integração entre as raças e classes sociais, no que Luciano Trigo (2002, p. 52) coloca como “equilíbrio dos antagonismos”, foi e ainda é muito criticada por esse abrandamento da tensão social.

Na mescla da arte do saber, Freyre une a literatura, pois se proclama mais escritor que antropólogo, com sua formação antropológica realizando uma escrita cheia de afetividade dentro de um contexto cultural nordestino-brasileiro, aparecendo apontamentos dessa sociedade numa discussão entre o passado e o presente. (GOLKE, 2011, p. 9).

Gilberto Freyre, em sua obra mais famosa *Casa-Grande & Senzala*, publicada em 1933 (um ano depois do lançamento de *Menino de Engenho* do seu amigo “Zé Lins”) vai interpretar a formação do povo brasileiro sob a ótica da mestiçagem. O que para a época foi um avanço, pois a produção acadêmica e literária do início do século foi marcada pelo racismo científico.

A jovem república precisava costurar uma História que unisse a sociedade brasileira ou como mencionou a historiadora Lilia Schwartz “inventar uma memória” para o país (SCHWARCZ, 1993). Brasil esse, que não era homogêneo e que utilizava essa mestiçagem pejorativamente como o atraso da nação.

Assim, com influência do seu professor, o famoso antropólogo alemão radicado nos Estados Unidos, Franz Boas, que lecionava na Universidade de Columbia na sua passagem pelos EUA, Gilberto Freyre vai separar o conceito de raça e cultura⁸. Porém:

Mesmo o elogio da mestiçagem feito por Freyre e de certo modo endossado por José Lins já foi alvo de críticas: a ideia da democracia racial parecia moderna apenas por oposição ao racismo oficial que prevalecia na visão dos intelectuais até a década de 20, como mostram alguns textos de Oliveira Vianna, Nina Rodrigues, Sílvio Romero e José Veríssimo, que acreditavam na inferioridade biológica do mestiço brasileiro (Nina Rodrigues chega ao ponto de enxergar como anormalidade

⁸ A Antropologia era marcada pela convicção de que raça e cultura, assim como raça e linguagem, eram fenômenos interdependentes e que seguiam uma escala evolucionista (SCHWARCZ, 1993).

patológica a “exaltação amorosa da clássica mulata brasileira”). Mas essa ideia camuflaria a violência das relações de poder e opressão. Opressão não apenas do senhor de engenho sobre o empregado, ou do branco sobre o negro, mas também do homem sobre a mulher e do adulto sobre o menino. (TRIGO, 2002, p. 59)

Gilberto Freyre e José Lins do Rego se conheceram em Recife, em 1923, quando o escritor zé Lins ainda cursava a faculdade de Direito na cidade e Freyre regressava de seus estudos no exterior, publicando na sua chegada vários artigos sobre a importância da manutenção das tradições nordestinas e da preservação do patrimônio artístico regional.

Foto 2 – José Lins do Rego e Gilberto Freyre. Rio de Janeiro-RJ, Brasil – 1936



Fonte: Acervo da Fundação Gilberto Freyre. Recife- PE⁹

Não somente a vida e obra de José Lins do Rego foram influenciadas pelo sociólogo. Num certo sentido, o próprio romance moderno do Nordeste teve como motor imediato o pensamento de Gilberto Freyre e o Manifesto Regionalista que saiu do Congresso de Recife de 1926 (embora só publicado em 1952), pontos de partida da nova geração de ficcionistas nordestino (TRIGO, 2002, p. 57).

Gilberto Freyre fundou em 1924 o Centro Regionalista do Nordeste que teve a participação de vários intelectuais da região e em 1926 foi realizado, em Recife, o Primeiro Congresso Regionalista, com um Manifesto que ao mesmo tempo que exaltava as tradições, apontava os problemas sociais seculares. Segundo Hollanda (2012, p. 81)

⁹ Retirada do livro *Gilberto Freyre e José Lins do Rego: diálogos do senhor da casa-grande com o menino de engenho* de Cauby Dantas. EDUEPB, 2015.

“Freyre defendia a primazia da matéria-prima regional: a terra, a língua e o homem regional eram as condições necessárias para a definição de uma arte moderna, autêntica e brasileira.”

Esse congresso objetivava o desenvolvimento no Brasil de regionalismos, enquanto valorização da tradição cultural, que se somassem ao regionalismo nordestino formando-se, assim, um movimento inter-regional de exaltação de importantes elementos culturais unificadores da cultura brasileira. (SANTOS, 2014, p. 48).

Com esses ideais Freyre transmitiu a José Lins seu entusiasmo pela terra brasileira e suas manifestações culturais, sem o saudosismo do século XIX e a superficialidade pejorativa do começo do século XX, na figura do caipira caricaturado de Monteiro Lobato.

2 O ROMANCISTA DA DECADÊNCIA

O crítico Antonio Candido (1976) nomeou José Lins como o “romancista da decadência” e parafraseando Carpeaux¹⁰, Bernardo Buarque de Hollanda o referenciou como o “trovador trágico da província”. “O escritor paraibano seria alguém que, passado o tempo de fausto e glória no engenho do avô, testemunhou o fim de uma era, o término de um ciclo econômico.” (HOLLANDA, 2012, p. 155)

Suas obras ficaram conhecidas por uma dualidade, com romances que funcionavam como um entreposto entre um passado de opulência e um presente de decadência. Um presente de desagregação, de conflitos entre o velho e o novo, representado nas descrições melancólicas dos engenhos sendo devorados pelas usinas.

Visceralmente ligado a uma região com um passado riquíssimo, mas com um presente e um futuro sem grandes perspectivas, José Lins, como outros autores, voltou suas atenções para o passado, para uma cultura ameaçada de destruição pela emergência de novas formas de organização do mundo do trabalho – e que ele se esforçava dramaticamente para fixar. (TRIGO, 2002, p. 81-82)

Sem dúvidas, foi um escritor paradoxal como o seu próprio tempo, aquele que denunciava as instituições ultrapassadas do nosso país, mas que convivia com os arcaísmos enraizados das oligarquias nordestinas.

2.1 NOTAS BIOGRÁFICAS

José Lins do Rego Cavalcanti, filho de João do Rego Cavalcanti e de Amélia Lins Cavalcanti, nasceu em 03 de junho de 1901 no Engenho Corredor, localizado no município de Pilar na Paraíba (ABL, 2016).

Foi criado por seu avô materno, coronel José Lins, proprietário do engenho e por uma tia, a “tia Maria”. A infância de José Lins do Rego foi marcada pela ausência dos pais, mãe perdida muito cedo e pai que raramente o visitava, tormentos de saúde, destemperos do sexo e por um sentimento de rejeição no ambiente familiar. (SANTOS, 2014, p. 51).

¹⁰ Jornalista, ensaísta e crítico literário austríaco, autor da grande obra *História da Literatura Ocidental*, nasceu em Viena em 1900, mas naturalizou-se brasileiro (falecendo em 1978 no Rio de Janeiro).

O escritor passou os primeiros oito anos de sua vida no engenho Corredor. Essa fase da infância, muitas vezes idealizada pelos escritores, foi marcada por sua saúde precária e pelo medo da morte, que sempre o acompanhou. O falecimento precoce de sua mãe e a loucura do pai, transformaram-no em uma criança triste e solitária, que passava várias tardes isolada pela constante crise de asma.

Foto 3 - Engenho Corredor, na Vila Pilar, na década de 60.¹¹



Fonte: Arquivo Nacional¹²

O engenho Corredor (exposto acima), inclusive, serviu de cenário para o filme *Menino de Engenho* (1965). Foi lá, que o menino José Lins cresceu, rodeado por diversos “tipos populares” que moravam no entorno e foram projetados em sua ficção.

Essa infância atormentada está incrustada no livro *Menino de Engenho* (1932), mas é em *Meus Verdes Anos* de 1956, sua aberta autobiografia, que o autor explicitamente relata suas memórias de menino:

Chamei de Verdes Anos os tempos da minha primeira infância. E em livros de memórias procurei reter tudo o que ainda me resta daquela “aurora” que para o poeta Casimiro fora a das saudades, dos campos floridos, das borboletas azuis. Em meu caso as borboletas estiveram misturadas a tormentos de saúde, a ausência da mãe, a destemperos de sexo. E tantos espantos alarmaram os meus princípios que

¹¹ Espaço onde foi filmado o longa *Menino de Engenho* - 1965 - dirigido por Walter Lima Júnior.

¹² Retirada do Jornal da Paraíba, 3 de junho de 2021. Disponível em <<https://jornaldaparaiba.com.br/cultura/2021/06/03/jose-lins-rego-120-anos-imortal-menino-de-engenho-apaixonado-pelo-flamengo>> Acesso em: 23 de jan. de 2022.

viriam eles a me arrastar às tristezas que não deviam ser as de um menino. A vida idílica se desviava em caminhos espinhentos. O neto de um homem rico tinha inveja dos moleques de bagaceira. (REGO, 2011, p.18).

Apesar da sua alma retraída, José Lins, carinhosamente chamado de Dedé pela família, cresceu cercado de parentes e agregados do engenho patriarcal, sob o comando do avô. Brincava, quando possível, com os moleques da bagaceira. “As mães deles eram as criadas do avô ou foram outras figuras muito importantes. Chamadas de ‘negras da cozinha’, muitas delas saídas das senzalas, eram remanescentes dos tempos de escravidão.” (HOLLANDA, 2012, p. 33).

Com aproximadamente nove anos, Zé Lins vai para a cidade de Itabaiana, estudar no colégio interno Nossa Senhora do Carmo, tal qual o seu personagem Carlinhos no livro *Doidinho*:

– Pode deixar o menino sem cuidados. Aqui eles endireitam, saem feitos gente – dizia um velho alto e magro para o meu tio Juca, que me levava para o colégio de Itabaiana. [...] o colégio de Itabaiana criara fama pelo seu rigorismo. Era uma espécie de último recurso para meninos sem jeito. (REGO, 2018, p. 15-16).

Com 11 anos, muda-se para João Pessoa e passa a estudar no famoso colégio da capital, Pio X. Aos quinze, é transferido para Recife e frequenta o colégio Carneiro Leão.

Foto 4 - José Lins do Rego, entre 15 e 16 anos.



Fonte:Acervo/Museu José Lins do Rego/Funesec.

A formação escolar e o amadurecimento pessoal em Recife foram, portanto, propícios para uma nova fase de José Lins. A descoberta da literatura brasileira se daria, primeiro, através da leitura de *O Ateneu* de Raul Pompeia e, depois, com o acesso às obras do bruxo Machado de Assis (1839-1908). Aos 16 anos, a leitura de *Dom Casmurro* é um impacto em sua vida. [...] Junto à literatura brasileira, os autores estrangeiros, sobretudo os franceses, começariam a despontar no horizonte de interesses do jovem estudante. [...] Na ocasião, a presença de autores franceses não chegava a ser uma surpresa. O ambiente intelectual das elites brasileiras fora marcado historicamente pela “galofilia”, com grande influência da cultura e da língua daquele país europeu. (HOLLANDA, 2012, p. 57).

Ainda em Recife, em 1919, ingressa na Faculdade de Direito, um dos principais focos de formação de bacharéis em nosso país, junto com os cursos de Engenharia e Medicina que formaram uma elite de técnicos, cientistas e burocratas. Contudo, deu pouca importância à carreira jurídica.

A fase da faculdade foi marcada por Jornalismo e boemia, ao mesmo tempo em que se reduziram acentuadamente as visitas ao engenho do avô. Sodré (1942) observa que este período forneceu instrumentos para a estruturação do personagem Carlos no romance *Banguê*, mais precisamente no que se refere ao conflito interior entre os valores patriarcais e os valores de bacharel. Ele argumenta que no período de decadência do império, as grandes famílias patriarcais enviavam seus filhos para estudarem nos centros regionais, para se formarem doutores. Todavia, esta geração de herdeiros dos engenhos e fazendas, seduzidos pela vida urbana criava aversão ao trabalho e à rotina rural. (SANTOS, 2014, p. 54).

Forma-se em 1923, mesmo ano em que conhece Gilberto Freyre, o sociólogo responsável pelo seu novo posicionamento intelectual. Com ele, percorreu os arredores de Pernambuco, revisitou o sertão e conheceu novos autores da escola literária inglesa.

Casa-se em 1924 com Filomena Massa, filha de um senador paraibano, assumindo logo depois o cargo de promotor público na cidadezinha de Manuasú, em Minas Gerais. (BRITO, 2021). Em 1926 vai para Maceió, inicialmente como fiscal de bancos, mas logo passa a colaborar com jornal local *Jornal de Alagoas*. Nesse ambiente cultural, conhece escritores importantes como Rachel de Queiroz e Graciliano Ramos, da qual se torna amigo. Foi em Maceió que escreveu seu primeiro romance *Menino de Engenho* (1932), publicado pela editora José Olympio.

José Olympio. Do que estamos falando? Do homem? Da livraria? Ou da editora? Na verdade, este nome, que mais tarde se tornaria também uma sigla J.O., por

sugestão de Gilberto Freyre, reúne em torno de si a três dimensões – a humana, a cultural e a editorial. É difícil compreender o que esse nome significa na cultura brasileira, e em particular na trajetória de José Lins do Rego, sem situar o cenário histórico em que ele desponta: a conjuntura nacional dos anos 1930. (HOLLANDA, 2012, p.113).

A José Olympio ganha projeção em um cenário onde o mercado editorial ainda está em formação, assim como o público leitor, já que as taxas de analfabetismo da época eram altíssimas no Brasil. J.O. teve a coragem de investir em dois novatos nordestinos: Jorge Amado e José Lins, sendo responsável pela publicação de todo o “ciclo do açúcar”, com edições anuais: *Doidinho* (1933), *Banguê* (1934), *O moleque Ricardo* (1935), *Usina* (1936) e *Fogo Morto* (1943)¹³.

Em 1935 é nomeado fiscal do imposto de consumo e transferido para a então capital do Brasil, Rio de Janeiro. Em terras cariocas, continuou a exercer o jornalismo e a cultivar a sua grande paixão: o futebol, em especial o Flamengo, sendo secretário-geral da Confederação Brasileira de Desportos de 1942-1954 (ABL, 2016).

É eleito para a Academia Brasileira de Letras em 1955 (sendo o quarto ocupante da cadeira 25, sucedendo Ataulfo de Paiva). Falece aos 56 anos, no dia 12 de setembro de 1957, no Rio de Janeiro.

Foto 5 - José Lins do Rego na Academia Brasileira de Letras



Fonte: Acervo/Museu José Lins do Rego/Funesec.

¹³ O autor publicou outras obras pela J.O., como *Histórias da Velha Totônia* (1936), *Pureza* (1937), *Pedra bonita* (1938), *Riacho Doce* (1939), *Água-mãe* (1941), *Eurídice* (1947), *Cangaceiros* (1953) e *Meus Verdes Anos* (1956).

2.2 BRASIL: "UM MOINHO DE ESPREMER GENTE"

A colônia portuguesa, consequência do entrechoque entre “dois mundos” como denominou Darcy Ribeiro (2015), sustentou-se a partir do genocídio das populações ameríndias dizimadas pelos colonizadores lusitanos e pela cruz do Santo Ofício, que justificou a empreitada salvacionista como expansão da fé cristã em um território de bárbaros. Em terras tropicais, surgia uma civilização barroca e católica.

De certo que os nativos, que na época da invasão eram cerca de 1,2 milhão de índios dominando toda a costa, não eram um grupo homogêneo, mas estavam divididos em praticamente dois troncos distintos (ZIRAVELLO, 2000). Um era composto pelos que falavam tupi (considerada pelos invasores a língua geral) e o outro abarcava os tapuias (que em tupi significa “inimigos”), que viviam em guerras com os tupis e habitavam o interior do continente.

De maneira geral, os indígenas brasileiros sobreviviam da caça e da pesca, da coleta de frutos e raízes comestíveis e de um pouco da agricultura. Cada atividade teria um grau de importância diferente, conforme o grupo. O fato é que desconheciam o comércio entre os grupos e, por consequência, não geravam produtos de interesse além do que necessitavam para a própria sobrevivência. Essa teria sido uma das causas de desinteresse dos portugueses em seus primeiros contatos com a Terra de Santa Cruz [...] A agricultura de alguns grupos limitava-se a uns poucos produtos, como a mandioca-brava, aipim, abóbora e fava. Outras tribos, que desconheciam a agricultura, privilegiavam animais como alimento, entre eles o porco-do-mato [...] O comércio, quando necessário, existia sob a forma de escambo, que assumia a característica de um ritual porque desempenhava um papel muito importante nas relações sociais entre os grupos. (ZIRAVELLO, 2000, p. 40-41).

Independentemente da diversidade étnica dos nativos (com grupos de Potiguaras, Caetés, Tamoios, Botocudos Xavantes, Carajás, Tupiniquins, Aimorés etc.), os portugueses os trataram de forma uniforme, como selvagens para justificar a sua dominação.

Esse foi o primeiro efeito do encontro fatal que aqui se dera. Ao longo das praias brasileiras de 1500, se defrontaram, pasmos de se verem uns aos outros tal qual eram, a selvageria e a civilização. Suas concepções, não só diferentes mas opostas, do mundo, da vida, da morte, do amor, se chocaram cruamente. Os navegantes, barbudos, hirsutos, fedentos de meses de navegação oceânica, escalavrados de feridas do escorbuto, olhavam, em espanto, o que parecia ser a inocência e a beleza encarnadas. Os índios, vestidos da nudez emplumada, esplêndidos de vigor e

beleza, tapando as ventas contra a pestilência, viam, ainda mais pasmos, aqueles seres que saíam do mar. (RIBEIRO, 2015, p. 35).

Os índios, no primeiro momento, assimilaram a chegada do europeu como um acontecimento mítico, mas logo essa visão se dissipou. Passado o primeiro contato de “estranheza”, já iniciaram as relações de trabalho por meio do escambo. Como não encontraram o cobiçado ouro no século XVI e precisavam defender o território recém “descoberto” de piratas, comerciantes e outros contrabandistas europeus, os portugueses voltaram seus olhos para a árvore que batizaram de pau-brasil, fartamente encontrada na Mata Atlântica e similar a que era utilizada na Europa e Ásia para a tinturaria. E como extrair uma fauna que abarcava todo o litoral? Fazendo o nativo trabalhar para a Coroa Portuguesa em troca de quinquilharias que provocaram, inclusive, guerras intertribais.

Também foi evidentemente nefasto o papel dos jesuítas, retirando os índios de suas aldeias dispersas para concentrá-los nas reduções, onde, além de servirem aos padres e não a si mesmos e de morrerem nas guerras dos portugueses contra os índios hostis, eram facilmente vitimados pelas pragas de que eles próprios, sem querer, os contaminavam. [...] Isso sobretudo no primeiro século, quando sua função principal foi minar as lealdades étnicas dos índios, apelando fortemente para o seu espírito religioso, a fim de fazer com que se desgarrassem das tribos e se atrelassem às missões. A eficácia que alcançam nesse papel alienador é tão extraordinária quanto grande a sua responsabilidade na dizimação que dela resultou. (RIBEIRO, 2015, p. 44).

Conforme Darcy (2015), em cada século e região, tribos indígenas foram experimentando (sucessivamente) os impactos das principais compulsões e pestes da civilização, sofrendo perdas em seu montante demográfico. Esse efeito dizimador, deu-se através das guerras de extermínio, do desgaste do trabalho compulsório e das enfermidades desconhecidas que conduziram grande parte dos grupos indígenas a extinção. De acordo com o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (realizado em 2010), constatou-se que o número de indígenas representava apenas 29,9% dos estimados para o início da colonização.¹⁴

Estamos diante do resultado de um processo civilizatório que, interrompendo a linha evolutiva prévia das populações indígenas brasileiras, depois de subjugar-las,

¹⁴Dados do Observatório do Terceiro Setor. Disponível em: <<https://observatorio3setor.org.br/noticias/genocidio-brasil-mais-de-70-da-populacao-indigena-foi-morta/>>. Acesso em: 08 de fev 2022.

recruta seus remanescentes como mão de obra servil de uma nova sociedade, que já nascia integrada numa etapa mais elevada da evolução sociocultural [...] estabelecendo as bases sobre as quais se edificaria daí em diante a sociedade brasileira. (RIBEIRO, 2015, p. 57).

Essas bases, segundo Darcy Ribeiro, se definiriam claramente com a implantação dos primeiros engenhos de açúcar, verdadeiros pilares da sociedade colonial.

Novas relações do governo português com a colônia foram firmadas a partir de 1530, pois “com os cofres vazios e a ameaça de estrangeiros, Portugal resolveu garantir as terras do além-mar por meio do povoamento e da exploração” (ZIRAVELLO, 2000, p. 62). O meio mais eficaz de consolidar a posse das terras era, assim, o processo de colonização e isso só seria possível através da ocupação do território com a cana-de-açúcar, valendo-se da sua experiência nas Ilhas do Atlântico e da rentabilidade e aceitação do açúcar no mercado europeu.

Aos portugueses e, em menor grau, aos castelhanos, coube, sem dúvida, a primazia no emprego do regime que iria servir de modelo à exploração latifundiária e monocultura adotada depois por outros povos. E a boa qualidade das terras do Nordeste brasileiro para a lavoura altamente lucrativa da cana-de-açúcar fez com que essas terras se tornassem o cenário onde, por muito tempo, se elaboraria em seus traços mais nítidos o tipo de organização agrária mais tarde característico das colônias europeias situadas nas zonas tórridas. A abundância de terras férteis e ainda mal desbravadas fez com que a grande propriedade rural se tornasse, aqui, a verdadeira unidade de produção. Cumpria apenas resolver o problema do trabalho. E, verificou-se, frustradas as primeiras tentativas de emprego do braço indígena, que o recurso mais fácil estaria na introdução de escravos africanos. (HOLANDA, 2014, p. 55).

Assim, o negro representou, como salientou Sérgio Buarque de Holanda, um fator obrigatório no desenvolvimento do latifúndio colonial.

Os africanos vindos para o Brasil (do século XVI ao XIX) eram classificados indistintamente como “peças de Guiné” ou de “pretos da Costa”, como relata Gilberto Freyre em *Casa Grande & Senzala*, não levando em conta a procedência e a área cultural dos escravos. Os próprios historiadores do século XIX “limitaram a procedência dos escravos ‘importados’ para o Brasil ao estoque Banto.” (FREYRE, 2006, p. 382). Sendo que de outras áreas da cultura africana foram transportados negros em grande escala. O autor comenta, ainda, que após a Proclamação da República em 1889, o conselheiro Rui Barbosa através

de uma liminar¹⁵, mandou queimar os arquivos da escravidão que poderiam esclarecer essas questões “genealógicas”.

Sabe-se, contudo, que a política na distribuição dos negros na colônia era a de não juntar em uma única capitania, número predominante da mesma nação. Darcy Ribeiro, em *O Povo Brasileiro*, expõe em suas pesquisas que:

Os negros do Brasil foram trazidos principalmente da costa ocidental africana. Arthur Ramos (1940, 1942, 1946), prosseguindo os estudos de Nina Rodrigues (1939, 1945), distingue, quanto aos tipos culturais, três grandes grupos. O primeiro, das culturas sudanesas, é representado, principalmente, pelos grupos Yoruba – chamados *nagô* –, pelos Dahomey – designados geralmente como *gegê* – e pelos Fanti-Ashanti – conhecidos como *minas* –, além de muitos representantes de grupos menores da Gâmbia, Serra Leoa, Costa da Malagueta e Costa do Marfim. O segundo grupo trouxe ao Brasil culturas africanas islamizadas, principalmente os Peuhl, os Mandinga e os Haussa, do Norte da Nigéria, identificados na Bahia como negros *malé* e no Rio de Janeiro como negros *alufá*. O terceiro grupo cultural africano era integrado por tribos Bantu, do grupo congo-angolês, provenientes da área hoje compreendida pela Angola e a “Contra Costa”, que corresponde ao atual território de Moçambique. (RIBEIRO, 2015, p. 86).

O continente africano era composto por impérios milenares que sobreviveram aos gregos, romanos e árabes, até seus povos serem escravizados pelos europeus. Gana era o mais importante pólo comercial da África. No século VIII seu desenvolvimento estava no auge. Era lá que aconteciam as trocas entre o mundo norte-africano e as populações das savanas da Nigéria (ZIRAVELLO, 2000). Gana, inclusive, até a época do descobrimento, respondeu pela maior parte da produção de ouro na África, quantidade “essencial” para a retomada da expansão mercantil europeia.

Outro pólo comercial importante era a região sudeste, voltada em especial para os trabalhos com metais preciosos. Ao sul das savanas formaram-se os reinos loruba (*nagô*), cuja população escravizada traria ao Brasil o candomblé. Além deles havia também o Reino de Benim, famoso por seus trabalhos com ferro e bronze. Com a presença do Islã, eles desenvolveram a fé em um só Deus, sem deixar de cultivar as divindades africanas. (ZIRAVELLO, 2000, p. 17).

A África era, então, um caldeirão cultural com inúmeros povos tribais que falavam centenas de idiomas e dialetos. Ou seja, não existia uma unidade linguístico-cultural. Joaquim Nabuco, em *O abolicionismo*, expõe que a África é vítima há séculos pela

¹⁵ A circular emanou do Ministro da Fazenda sob o nº 29 e com data de 13 de maio de 1891. (FREYRE, 2006, p. 384).

cor de seus habitantes. “A escravidão moderna repousa sobre uma base diversa da escravidão antiga: a cor preta” (NABUCO, 2010, p. 40). Escancara que ninguém pensa em reduzir homens brancos ao cativeiro.

A imediata exploração da nova terra se iniciou com o simultâneo aparecimento da raça negra, fertilizando o solo brasileiro com lágrimas, seu sangue, seu suor e seu martírio na escravidão. Por volta de 1530, os africanos trazidos sob correntes, já apareceram exercendo seu papel de “força de trabalho”; em 1535 o comércio escravo para o Brasil estava regularmente constituído e organizado, e rapidamente aumentaria em proporções enormes. Como primeira atividade significativa da colônia portuguesa, as plantações de cana-de-açúcar se espalhavam pelas costas do nordeste, especialmente nos estados da Bahia e Pernambuco. Só a Bahia, lá por 1587, tinha cerca de 47 engenhos de cana de açúcar, fato que ilustra a velocidade expansionista da indústria açucareira desenvolvida com o uso da força muscular africana. (NASCIMENTO, 2019, p.57-58).

Como citado anteriormente, em razão da Circular de n. 29, de 13 de maio de 1891, assinada por Rui Barbosa, fica difícil estimar com certeza o número de escravos entrados no Brasil. Entretanto, as estatísticas aproximadas são:

Quadro 1 – porcentagem de africanos¹⁶ escravizados e distribuídos conforme a região (século XVIII).

Local	Porcentagem	Quantia aproximada
Porto do Rio de Janeiro (de onde foram redistribuídos para os estados do RJ, Minas Gerais e Goiás)	38%	1.520.000
Bahia	25%	1.000.000
Pernambuco	13%	520.000
São Paulo	12%	480.000
Maranhão	7%	280.000
Pará	5%	280.000

Fonte: Elaboração própria, baseada na obra de NASCIMENTO (2019).

Ainda hoje os afro-brasileiros lutam contra a versão oficial da história que prega a docilidade do regime escravista português e a hipotética aptidão do negro ao

¹⁶ Tendo como referência o dado basilar de aproximadamente 4 milhões de africanos.

trabalho forçado. O suicídio, as fugas, as insurreições, são exemplos de formas de protesto contra o sistema. Revoltas e focos de resistência quilombolas se espalharam por todo o país da Colônia à República.

2.2.1 Açucrocracia: a civilização do açúcar

O Nordeste, região ocupada nos primeiros séculos de colonização, não era, segundo Gilberto Freyre, uma área uniforme. Apresentava-se mais como uma aglutinação de regiões e sub-regiões que se estendia desde o Maranhão até a Bahia. Corresponhia, sobretudo, a uma sociedade cuja as características marcantes eram “o latifúndio como forma de propriedade, a monocultura como forma de exploração econômica e a escravidão como instituição e classe social.” (FREYRE, 2004, p. 16). Os vários nordestes, apesar disso, voltavam-se majoritariamente para a cana-de-açúcar.

[...] o autor, com seu estilo ao mesmo tempo científico e literário, procura mostrar, e o faz com maestria, como a cana, a economia canavieira se expandindo por áreas anteriormente ocupadas pela chamada Mata Atlântica, utilizando de forma mais completa a água disponível na mesma, quase eliminou os animais, preferiríamos dizer os bichos selvagens, trocando-os pelos animais domésticos trazidos da Europa, da Índia e da África, estruturou uma sociedade escravocrata onde uma minoria de senhores explorava as então chamadas “classes subalternas”, desenvolvendo culturas e extraindo riquezas; como que se apoderando do meio natural e do homem, difundindo costumes e espalhando vícios e mazelas. (FREYRE, 2004, p. 17).

A disponibilidade quase ilimitada de terras ajudou na formação de grandes fazendas produtoras (ARRUDA; PILETTI, 2003). Os custos de produção, que incluíam desde o desbravamento do terreno, a plantação, a colheita, até o transporte da cana e o fabrico do açúcar, exigiam enormes plantações para a obtenção de lucros significativos. Assim, a monocultura incentivou a especialização em uma única atividade. Essa opção era considerada “natural” da política mercantilista¹⁷. O pacto colonial¹⁸, complementava essa política econômica.

¹⁷ Conjunto de ideias e práticas econômicas que dominaram a Europa entre os séculos XIV e XVIII, também conhecida como acumulação primitiva de capital, cujo objetivo geral era o fortalecimento do Estado e o enriquecimento da burguesia mercantil (ARRUDA; PILETTI, 2003, p.177). Os teóricos do mercantilismo pregavam a balança comercial favorável e o princípio da identificação entre a riqueza do país e a quantidade de moedas em circulação dentro do seu território.

¹⁸ Relação de dominação, segundo a qual as colônias só poderiam comerciar com as suas metrópoles.

Celso Furtado (2007), em *Formação Econômica do Brasil*, mais especificamente no capítulo VIII: “Capitalização e nível de renda na colônia açucareira”, vai aprofundar o debate sobre as bases econômicas da colonização brasileira, discutindo principalmente como os engenhos (edificados na lógica das Sesmarias) e o trabalho escravo moldaram o padrão do sistema produtivo colonial.

O domínio da monocultura açucareira foi facilitado não somente pela riqueza que a produção proporcionava, mas também pelas condições adequadas do terreno para o cultivo de cana, o solo, a riqueza hídrica, o terreno de massapê e o clima que permitiram o fácil desenvolvimento da cultura. (CASAL, 1943). Procurava-se sempre, as proximidades das regiões de rios e riachos para o transporte/escoamento da produção.

É verdade que apesar da exclusividade da cana, muitos engenhos produziam ao seu lado pequenos cultivos de feijão, milho, mandioca, batata e legumes para consumo próprio. Contudo, a crescente absorção da cana-de-açúcar reclamando sempre mais terras, foi se alastrando por todos os terrenos de massapê, levando à diminuição de produção de outros gêneros alimentícios. (GARCIA, 1919).

O desenvolvimento da “indústria” açucareira foi financiada pelo capital holandês:

A partir da metade do século XVI, a produção portuguesa de açúcar passa a ser mais e mais uma empresa em comum com os flamengos¹⁹. [...] Os flamengos recolham o produto em Lisboa, refinavam-no e faziam a distribuição por toda a Europa, particularmente o Báltico, a França e a Inglaterra. A contribuição dos flamengos – particularmente a dos holandeses – para a grande expansão do mercado de açúcar, na segunda metade do século XVI, constitui um fator fundamental do êxito da colonização do Brasil. Especializados no comércio intra-europeu, [...] eram nessa época o único povo que dispunha de suficiente organização comercial para criar um mercado de grandes dimensões para um produto praticamente novo, como era o açúcar. (FURTADO, 2007, p. 33).

Vale ressaltar, seguindo o raciocínio de Furtado, que não apenas com a sua experiência comercial contribuíram os holandeses, pois grande parte dos capitais requeridos pelas empresas açucareiras vieram dos Países Baixos, incluso para o custeio de instalações produtivas e de importação da mão-de-obra escrava.

Como explicitado, o problema da escassez de força de trabalho na expansão dos engenhos foi resolvido pela escravidão, que no primeiro momento foi indígena, mas posteriormente seria majoritariamente africana.

¹⁹ Como eram chamados os habitantes dos Países Baixos (atual Holanda)

Para Celso Furtado, os escravos africanos tornaram-se a base de um sistema de produção mais eficiente e mais densamente capitalizado. Consequentemente, o número de engenhos aumentou consideravelmente durante o primeiro século de produção.

O montante de capitais invertidos na pequena colônia já era, na época, considerável. Admitindo-se a existência de apenas 120 engenhos – ao final do século XVI – e um valor médio de 15 mil libras esterlinas por engenho, o total de capitais aplicados na etapa produtiva da indústria resulta próximo de 1,8 milhão de libras. (FURTADO, 2007 p.78)

Ainda sobre essa prioridade dada à cana, ela inibiu o desenvolvimento de outros produtos, como a mandioca, elemento básico da alimentação indígena em todo período colonial. Em contrapartida, até o final do século XVI, como seus 120 engenhos, o litoral produzia cerca de 350 mil arrobas de açúcar por ano com a força de aproximadamente 20 mil africanos escravizados inicialmente.

Os engenhos, mais que empresas comerciais, deram início a povoações inteiras. O açúcar se integrou a história regional e o Banguê representou a expansão dos centros demográficos e sociais, determinando a sua evolução. Em cada núcleo de colonização se fixou um bloco social, base da formação e desenvolvimento da família (FREYRE, 2006). Cabendo à família não só a unidade étnica, como o centro da produção, o núcleo central e o bloco político.

Entrelaçam-se família e engenho em tais condições que muitas vezes o nome da propriedade se incorpora ao chefe da família. Quando não aparece apenas no tratamento comum, é o próprio proprietário que vai para os jornais anunciar que a partir daquela data seu nome será outro. (FREYRE, 2006, p. 84).

Reforçando essa ideia, Vera Lúcia Ferlini em *A Civilização do Açúcar*, aponta que a estrutura agrária brasileira nasceu do açúcar. Sob o melado da cana negros escravizados tombaram, criou-se uma política econômica e uma matriz social.

O engenho era, pois, uma complexa combinação de terra, técnica, trabalho compulsório, empresa e capital, que abrangia moendas, partidos de cana, pastos, senzalas, casa-grande, escravos e equipamentos. Atividade peculiar, que combinava no campo a plantation e o processo semi-industrial de transformação da cana, a economia açucareira criou uma sociedade sui generis, com uma hierarquização interna de poderes e dependência mais diversificada. (FERLINI, 1994, p.42)

Criou-se uma sociedade patriarcal estratificada, controlada pelo senhor de engenho, que através das relações paternalistas mascarava um violento sistema de poder

com relações íntimas de dominação, seja em torno da sua família, dos seus agregados, escravos ou da própria comunidade rural e religiosa a qual exercia a sua autoridade e proteção.

O conceito de patriarcado, como regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens (SAFFIOTI, 2015), integra a ideologia de gênero e o poder político, sendo um termo polissêmico. Em Gilberto Freyre, o pater famílias associa-se ao espaço da casa-grande e senzala, simbolizando um sistema socioeconômico e político.

Portanto, pode-se afirmar que é o engenho o centro da construção social. O Banguê que agrupará o elemento humano, seja proveniente dos indígenas, originados das importações de escravos ou do lusitano, figura dominante nesse cenário, em torno do qual se constituiu a economia e a sociedade da região açucareira. (BRANDÃO, 1939).

A influência direta do engenho banguê dura até o final do século XIX, período que coincide com o fim do regime escravocrata e o auge da Revolução Industrial. Logo, a decadência dos engenhos de cana-de-açúcar se deu em uma época de transição para o trabalho livre e de novas técnicas de relações socioeconômicas, culminando com o nascimento das usinas.

A economia do açúcar se debatia em uma das crises mais agudas agravada, sobretudo, pelo deslocamento do eixo econômico para o Sul, com a expansão da produção cafeeira. Primeiro, fora no período colonial com a grande migração humana para as zonas de mineração; depois, o progresso da cultura de café, em pleno século XIX, arrebatou ao Nordeste a hegemonia econômica. (DIÉGUES Júnior, 2006).

O golpe final foi o aparecimento da usina. O desenvolvimento técnico da produção criava dificuldades à vida do Banguê, nas palavras de Manuel Diégues, um banguê que tinha na água, nos bois, nas bestas, nas “entrosas”, no trabalho escravo os seus elementos fundamentais, os sustentáculos da sua vida. A usina começa a abarcar tudo. A grande economia do açúcar faz concorrência à pequena, representada pelo Banguê. O lugar do açúcar começava a ser ocupado pelo café.

Em todo o século XIX, encontraram-se em jornais anúncios de vendas de engenhos; alguns não explicam o motivo; outros não o escondem. É o caso do proprietário do engenho Cachoeira de Baixo, que confessa “falta de suficientes forças”; ou o de Antônio Pantaleão Bezerra Monte Negro, que convoca seus credores por achar-se impossibilitado de pagá-los sem alienação de seus bens. (DIÁRIO DAS ALAGOAS, 25 de fev., 1861).

Essa situação, a de venda de engenhos e a de cobrança de dívidas, traduz as dificuldades por que passava então a cultura da cana. O rudimentar processo de fabricação era prejudicado pelo adiantamento dos métodos dos engenhos centrais, já para não falar do engenho a vapor. (DIÉGUES Júnior, 2006).

2.3 A ESTRUTURA DOS BANGUÊS

Primeiramente, acho importante elucidar, definir o conceito de banguê, já que muitas pessoas não conhecem o significado da palavra. Os engenhos tipo “banguê” eram movidos a tração humana, animal (engenho trapiche) ou rodas-d’água (engenho real) e produziam açúcar mascavo (demerara), que depois era submetido a um processo de alvejamento utilizando argila, destinado à exportação. (MUSEU DO UNA, 2013).

Figura 1 – Pintura do engenho pelo artista neerlandês Frans Post (século XVII)

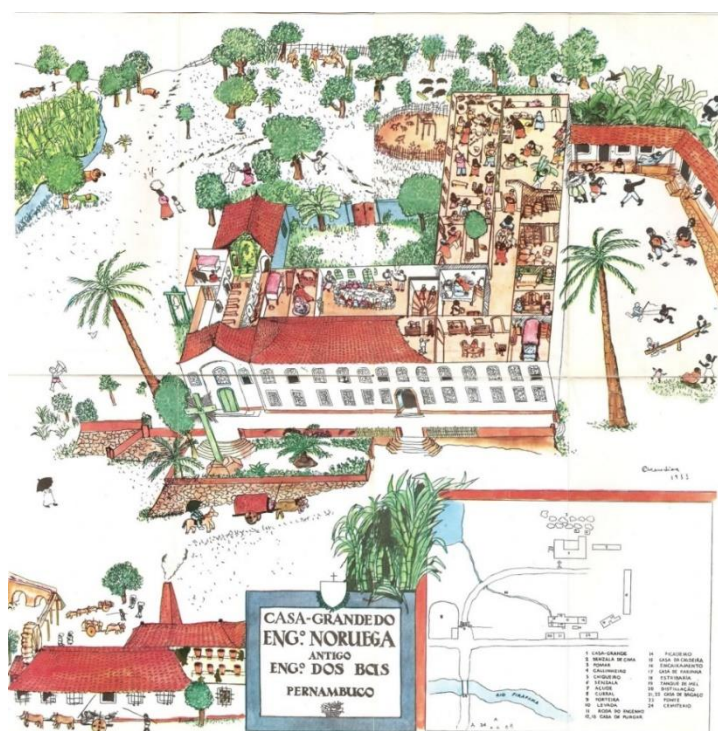


Fonte: ZIRAVELLO, 2000, p. 72.

A maior parte dos engenhos aninhava-se na mata, não muito distante dos centros portuários, o que se explica pela maior fertilidade dos terrenos e pela abundância de lenha, necessária às fornalhas famintas, alimentadas por um trabalho, que às vezes ocupava o dia e a noite, de oito a nove meses, normalmente de julho/agosto de um ano a abril/maio do seguinte. E não deviam se afastar muito do litoral, sob pena de, sendo único o preço dos gêneros de exportação, não poder competir com os engenhos vizinhos aos portos, cujo produto não se amesquinha com as despesas do transporte. [...] Se a irrigação era desnecessária graças ao rico massapê, tanto o gado quanto as pessoas precisavam de água doce. Usavam-na também nos engenhos e trapiches, nas prensas e moinhos. Não à toa, a maior parte dos engenhos localizava-se à beira dos rios como o Paraguaçu, o Jaguaribe e o Sergipe, na Bahia, e o Beberibe, o Jaboatão, o Uma e o Serinhaém, em Pernambuco. (DEL PRIORE; VENANCIO, 2010, p. 47).

Como uma grande unidade produtiva, além das grandes plantações de açúcar e da casa dos trabalhadores assalariados (pois a empresa do açúcar, de acordo com Mary Del Priore (2010), não envolvia só senhores e escravos. Ela abrigava um grupo diversificado de trabalhadores especializados e agregados, que orbitavam em suas franjas, prestando serviços ao senhor das terras), outros edifícios compunham a clássica unidade, erguidos de uma forma quadrangular: a casa-grande, o engenho propriamente dito, a capela e a senzala.

Figura 2- Ilustração de Cícero Dias para Casa-Grande & Senzala (1933), de Gilberto Freyre.



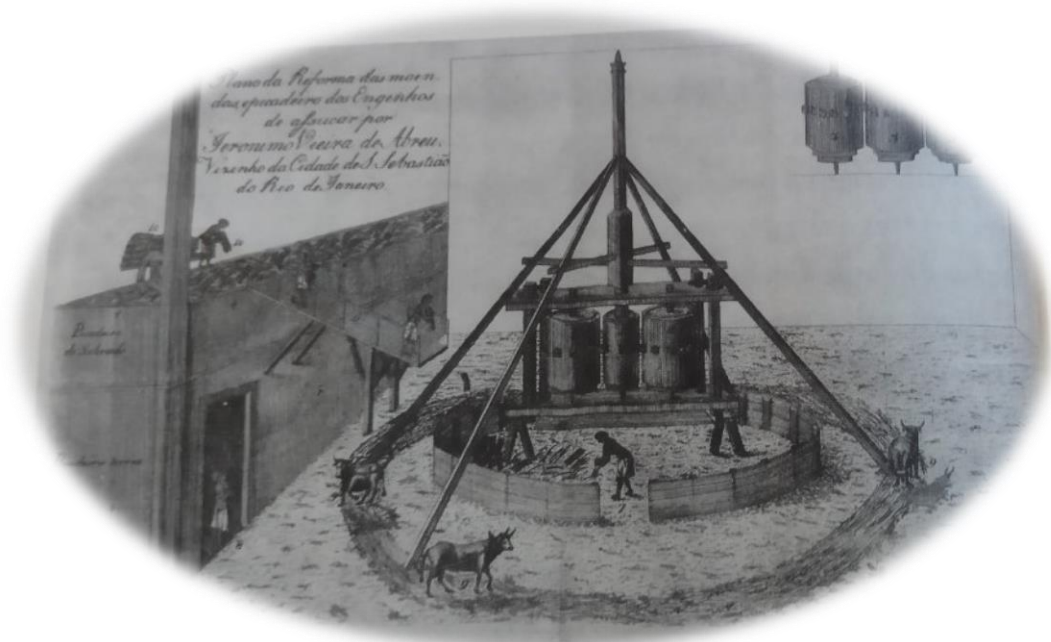
Fonte: FREYRE, 2006.

No “quadrilátero do açúcar” a casa-grande era morada dos donos do engenho e tinha um estilo pesado e imponente, pois além de residência, era também fortaleza, hospedaria, escola e até banco (ZIRAVELLO, 2000). A capela, era praticamente uma extensão da casa-grande, abrigando em dias santos e aos domingos moradores da região que participavam da celebração de missas, casamentos, batizados e funerais. Próxima a essas construções, erguia-se a senzala, onde eram “depositados” os escravos que viviam amontoados em péssimas condições de higiene e salubridade.

O engenho, como uma estrutura extremamente complexa, também contava com pequenos empreendedores que o abasteciam com as suas canas. Segundo um relatório holandês de 1640, somente 40% dos engenhos de Pernambuco moíam canas próprias, ou seja, a maioria dependia de outros fornecedores (DEL PRIORE; VENANCIO, 2010).

Completava a vida econômica do engenho os mestres de açúcar, os caixeiros, os purgadores, os calafetes, os caldeireiros, carpinteiros, barqueiros, pedreiros e pequenos lavradores. Com suas rodas gigantes, movidas a água ou tração animal, a preocupação com a técnica era primordial.

Figura 3 – Plano de reforma da moenda dos engenhos de açúcar por Jerônimo Vieira de Abreu



Fonte: VELOSO, José Mariano da Conceição. *O Fazendeiro do Brasil*, 1800, p. 205.²⁰

²⁰ Via DEL PRIORE, 2016.

O engenho, abrangia várias construções destinadas a diferentes tarefas. Na **casa da moenda**, por exemplo, esmagava-se a cana para se obter o caldo, cozido na **casa da fornalha**. No **tendal**²¹ das forjas ele era esfriado e transformado em melado, e depois alvejado na **casa de purgar**. Nos **galpões** ou áreas anexas, os pães de açúcar eram quebrados, e o produto reduzido a pó era exposto ao sol para secagem. Todo vasilhame necessário à preparação do açúcar era guardado na **casa dos cobres**. Para além dos edifícios estendia-se os currais e as matas. (ZIRAVELLO, 2000, p. 72).

A fase agrícola, como relata Freyre, não exigia maiores investimentos pela excelência das terras nordestinas (massapê) e uma vez plantada, a cana (do tipo crioula) era colhida após um ano e meio. Era o escravo quem colhia, botava a cana para moer, acondicionava e transportava o açúcar até o mar.

Nas áreas rurais, as plantações drenavam escravos sem cessar. Submetidos a senhores e administradores, os cativos tinham que se integrar a uma divisão do trabalho bastante sofisticada. Na lista do engenho baiano Freguesia, encontramos escravos exercendo as funções de oficiais da casa de caldeira²², purgadores, no serviço de enxada, como trabalhadores da casa de caldeira, do serviço da moenda ou da horta, como carreiros, carapinas, pedreiros, condutores de saveiros, costureiras, bordadeiras, lavadeiras, entre outros. Tratá-los como “coisa” era natural, regra, aliás, seguida pela Igreja Católica, que os possuía às centenas em seus conventos e propriedades. (DEL PRIORE; VENANCIO, 2010, p. 51).

Como demonstrado, o Banguê era complexo e envolvia terras, técnicas e homens. E, impulsionada pelas altas cotações no mercado europeu, a lavoura açucareira ocupava cada vez mais extensões de terra, devorando os solos. Lembrando que no Brasil colonial o plantio e preparo do solo ainda se resumia nas práticas da queimada e coivara²³, o que provocava o rápido esgotamento da terra.

²¹ Espaço, nos engenhos de açúcar, onde se assentam as formas.

²² A caldeira é outra forma de como era chamada a casa da fornalha, onde era realizado o cozimento do caldo extraído na moenda.

²³ Pilha de galhos que não foram totalmente atingidos pelo fogo, durante uma queimada, que se junta para incinerar com o objetivo de utilizar as suas cinzas como adubo.

3 METODOLOGIA E RECORTE ESPACIAL

3.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Este estudo propõe apresentar a contribuição do diálogo interdisciplinar entre a História e a Literatura, evidenciando a realidade de um período retratada nas obras literárias de autores consagrados da literatura brasileira. A pesquisa, no primeiro momento, foi realizada a partir de dados secundários, sendo uma grande revisão bibliográfica de caráter qualitativo.

O referencial teórico, composto principalmente pelas obras do sociólogo e crítico literário Antonio Candido, esclarece o uso da literatura como leitura histórica, delimitando as suas fronteiras e demonstrando que quando realizada a leitura da ficção em conjunto com a historiografia, não apenas as possibilidades de pesquisa são ampliadas, como também são enriquecidos os demais campos da História, tais como: a História Social, a História das Mentalidades e a História Econômica.

Considere importante também fundamentar o uso da fonte (literatura) na pesquisa histórica, sobretudo, para evidenciar a ampliação do próprio conceito de fonte histórica e documental. Para isso, o livro *O Historiador e suas fontes* de Leandro Karnal e Flávia Tatsch, foi essencial. Mais que um manual, a obra expõe a possibilidade de o historiador, enquanto pesquisador, voltar-se para as produções literárias. E isso pode ocorrer porque ambas as representações são importantes registros da história de um determinado período temporal e espacial. Contudo, sendo ambas formas narrativas, é preciso ser criterioso no momento da análise, já que uma não substitui a outra.

O antropólogo Gilberto Freyre foi muito citado durante o texto, já que suas obras (e amizade) foram de grande inspiração para José Lins do Rego, principalmente *Casa-grande & Senzala*, publicada um ano depois de *Menino de Engenho*.

A segunda parte do trabalho é dedicada tanto ao autor do corpus da pesquisa: José Lins do Rego, quanto a um recorte histórico da formação do Brasil. E para escrever os dados biográficos do “romancista da decadência” a obra *ABC de José Lins do Rego* do pesquisador Bernardo de Hollanda foi repetidamente visitada. Em um cenário acadêmico onde não existe uma biografia oficial do escritor, detalhes da sua vida foram completados com documentários, em especial *O Engenho de Zé Lins* (2007), dirigido por Vladimir Carvalho.

Para discutir o etnocídio²⁴ dos povos originários que habitavam o território antes da invasão europeia e o genocídio²⁵ dos negros deportados para o Brasil, Darcy Ribeiro, Sérgio Buarque de Holanda e Abdias Nascimento ofereceram um grande suporte teórico para estudar o violento regime que se estabeleceu em terras brasílicas.

Foram consideradas também (além da citada Casa-Grande & Senzala) duas obras muito importantes para se compreender a estruturação tanto espacial quanto social do engenho: a coleção da historiadora Mary Del Priore – Histórias da gente brasileira: Colônia (2016) – e a extensa coletânea de fascículos *Brasil 500 anos* editada por ZIRAVELLO (2000).

A complexidade das relações sociais, com seus múltiplos tipos de relacionamentos presentes em um mesmo espaço geográfico e em uma mesma temporalidade (SANTOS, 2014), permite a elaboração de análises diversificadas sobre uma mesma temática. E esse foi o desafio proposto na terceira unidade, analisar a espacialidade da região (Nordeste) no tempo específico (pós-“revolução” de 1930), a partir do contexto histórico (principalmente norteado pelas obras do historiador brasileiro Boris Fausto e de Celso Furtado) e de dados de natureza mista (qualitativa-quantitativa) através de informações primárias (censo de 1940) nos estados satélites do estudo (Paraíba e Pernambuco).

Esse olhar através dos dados censitários é interessante para demonstrar concretamente a estrutura fundiária e a produção agropecuária da época em que os romances escolhidos (*Menino de Engenho* e *Usina*) foram lançados.

Por fim, ao capítulo quatro – Fortuna crítica – foi reservada a análise de conteúdo de *Menino de Engenho* (1932) e *Usina* (1936), dois romances com visões dualísticas que passeiam entre a opulência e a decadência da aristocracia rural nordestina.

²⁴ Destruição de uma etnia no plano cultural (Dicionário Aurélio). Vai além do assassinato de um grupo, pois se trata da exterminação de uma cultura. Em outras palavras, é a eliminação de um povo, etnia ou tradições para apagar da história, a existência de determinados povos ou costumes. (<<https://conhecimentocientifico.com/etnocidio-o-que-e/>>, 2021)

²⁵ Recusa do direito de existência a grupos humanos inteiros, pela exterminação de seus indivíduos, desintegração de suas instituições políticas, sociais, culturais, linguísticas e de seus sentimentos nacionais e religiosos. (Dicionário Escolar do Professor, organizado por Francisco da Silveira Bueno. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1963, p. 580).

3.2 ESPACIALIDADE: BRASIL, DÉCADA DE 1930

A década de 1930 foi marcada pela instabilidade, tanto política com a crise das oligarquias, como econômica, com os reflexos da quebra da Bolsa de Nova York de 1929. Antes, a governabilidade do Brasil era garantida por um pacto entre as elites agrárias. Esse pacto se expressava na política dos governadores, na aliança do café-com-leite²⁶, no coronelismo²⁷ e na dominação regional das oligarquias. (ARRUDA; PILETTI, 2003). Assim, estavam fora do cenário político os novos grupos sociais (a classe média urbana e o proletariado industrial) que surgiram com o crescimento das cidades e das indústrias.

Acabara-se a “república dos fazendeiros”. Prometiam-se, também, novos tempos: os da presença de um Estado forte, centralizador, paternalista, patriótico e gestor da economia. Itália e Alemanha eram um exemplo. Novos tempos claros ou sombrios? A impressão de incerteza e medo transpirava nos jornais [...] (DEL PRIORE, 2017, p. 78).

Getúlio chegou à presidência da República tendo diante de si um quadro complicado. A crise mundial teve impacto relativo no desdobramento dos acontecimentos que levaram à revolução de 1930. (FAUSTO, 2006). A queda do preço internacional do café comprometeu as exportações brasileiras.

Recapitulando que na virada do século XIX para o século XX, o Brasil ainda era um país rural com a economia dependente da exportação de matérias-primas, que por sua vez, eram condicionadas às variações do mercado internacional. Destaque para a expansão da produção de café que acompanhou a expansão do mercado internacional, o aumento da população consumidora de café (sobretudo nos Estados Unidos), o desenvolvimento dos transportes e a industrialização.

Também marcou esse período o fim do regime escravocrata e a afluência de imigrantes no país, principalmente para o estado de São Paulo, que na época era o maior produtor de café do Brasil.

O começo do século XX é marcado por uma crise de superprodução de café e o mecanismo de defesa de desvalorização cambial já não conseguia ser posto em

²⁶ Prática pela qual se revezavam na presidência da República políticos de São Paulo (maior produtor de café do país) e Minas Gerais (grande produtora de leite).

²⁷ Tipo de dominação que se caracteriza pela presença de um chefe político, o coronel, geralmente grande proprietário de terras. Ele controla o leitorado da região por meio de favores e intimidações. (ARRUDA; PILETTI, 2003, p. 320)

prática, não era suficiente tamanha a desvalorização do produto. Ao mesmo tempo, o país não tinha uma política que protegesse o cafeicultor (levando-os à falência).

A atividade cafeeira no Brasil foi permeada por crises, vulnerável às flutuações do mercado internacional. Inicialmente, o aumento da procura provocava a elevação da exportação e do preço do café, porém, com esse aumento produtivo desenfreado passou a existir um desequilíbrio entre a oferta e a procura (levando a queda de preços e à crise nacional). Sem contar com o endividamento externo, que triplicou nesse período.

Com a crise econômica de 1929, que ultrapassou as fronteiras dos Estados Unidos e repercutiram no mundo todo, propagou-se a Grande Depressão do mundo capitalista. Consequentemente, os EUA diminuíram as suas importações de café num quadro em que as exportações desse produto representavam 70% das exportações nacionais. Assim, o preço do café caiu, o crédito externo foi suspenso e as dívidas acumuladas tiveram de ser liquidadas.

O governo não tem mais a ferramenta na mão para comprar o excesso de café, então, seu preço cai drasticamente. Não tendo o financiamento externo, o grande questionamento da época foi o que fazer nesse cenário: deixar o café apodrecer no pé ou defender uma política para os cafeicultores?

Em 1929 era Washington Luís que estava no governo brasileiro e ele acabou não fortalecendo a defesa do café devido a explícita falta de empréstimos externos. Já com a “Revolução de 30”, com Getúlio Vargas assumindo o poder, depois de muita pressão (pressão interna e de interesses nacionais para a manutenção do nível de renda e de poder) em 1931 é implementada uma defesa do café.

As alternativas possíveis eram colher o café e remunerar os fazendeiros ou deixá-lo apodrecer nos arbustos, prejudicando o produtor. Se colhido, o que fazer: vendê-lo no mercado mundial? Retê-lo ou destruí-lo? (lembrando que se colhido, o preço do café despencaria novamente e os custos seriam passados para os fazendeiros. Além disso, os depósitos já estavam abarrotados de café estocado desde os fins dos anos 1920).

E se escolhida a destruição das sacas a pergunta da vez era: quem financiaria essa operação?

Sabemos que foi escolhida a opção de destruição do café, que chegava das ferrovias e era imediatamente queimado (em 1937 atingimos o “ápice” com 70% do café produzido queimado). Foi uma operação gigantesca que a longo prazo estabilizou os preços, manteve a colheita e os empregos diretos e indiretos.

Ao proteger o café não se estava protegendo apenas esse produto, mas o conjunto da economia nacional que girava ao seu entorno. Essa retenção de estoque foi financiada então com recursos obtidos dentro do próprio país, através de uma expansão de crédito e uma socialização dos prejuízos.

Essa expansão de crédito, por seu lado, iria agravar o desequilíbrio externo, contribuindo para maior depreciação da moeda, o que beneficiaria indiretamente o setor exportador (FURTADO, 2007).

Como consequência, o Brasil saiu mais rápido da crise do que os Estados Unidos, devido a essa campanha violenta de expansão do crédito, atuando ativamente na defesa do café. Essa política de defesa do setor cafeeiro gerou uma mudança no centro da economia brasileira, provocando esse deslocamento do eixo econômico.

A partir dos anos de 1930, a política brasileira entra em um processo de modernização, toda essa situação da crise vai permitir a gênese do desenvolvimento industrial.

“A história política brasileira de 1930 a 1954 passa então a ser marcada por uma série de alianças, rupturas, aproximações e perseguições entre o novo presidente e diversos segmentos da sociedade.” (DEL PRIORE; VENANCIO, 2010, p. 248). Em 1932, por exemplo, tivemos a *Revolução Constitucionalista*, uma tentativa das elites paulistas de recuperarem o poder perdido com a Revolução de 30. Em 1935, um levante comunista chamado de *Intentona*.

O governo de Vargas desencadeou uma terrível repressão, que atingiu não apenas os participantes da rebelião, mas qualquer pessoa suspeita de oposição ao governo. Mais de 6 mil pessoas foram presas, entre elas Luís Carlos Prestes²⁸. (ARRUDA; PILETTI, 2003, p. 359).

Com oportunismo, Getúlio Vargas explora o novo momento político (DEL PRIORE, 2017). Em 1937, faz veicular na imprensa o Plano Cohen, uma suposta conspiração comunista, para justificar o golpe do Estado Novo que concentrava todos os poderes nas mãos do presidente.

A principal marca distintiva do governo Vargas no plano institucional, desde os seus primeiros tempos, foi a centralização do poder. A crença nas virtudes de um

²⁸ Comandante de uma famosa marcha pelo Brasil, a Coluna Prestes, e líder do Partido Comunista Brasileiro (PCB) por mais de 50 anos, Luís Carlos Prestes foi uma das figuras da América Latina mais perseguidas do século XX. (Disponível em: <<https://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/luis-carlos-prestes/>>. Acesso em 12 fev. 2022).

Executivo forte vinha da ideologia positivista [...] que Getúlio absorvera com convicção. [...] No aspecto ideológico, muito cedo Getúlio fez questão de acentuar o caráter nacionalista dos novos tempos. (FAUSTO, 2006, p. 46).

Com a imagem mítica de “pai dos pobres”, por ter criado a primeira legislação trabalhista, Vargas passava o aspecto de um governante benévolo enquanto mantinha os sindicatos sob vigilância. O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) era responsável pela legitimação e exaltação do Estado Novo.

3.3 PARAÍBA DA DÉCADA DE 1940

A historiografia tem se dedicado cada vez mais ao estudo da política e algumas abordagens investigam grupos políticos e atores da Paraíba, principalmente em relação a formação dessa elite estadual. Segundo esses estudos, desde o século XIX que a instrução paraibana esteve voltada para a construção de um grupo definido de “doutores” graduados na Faculdade de Recife (NETO; SANTOS, 2020). A estruturação desse grupo de letrados significou, conseqüentemente, a formação de homens de poder.

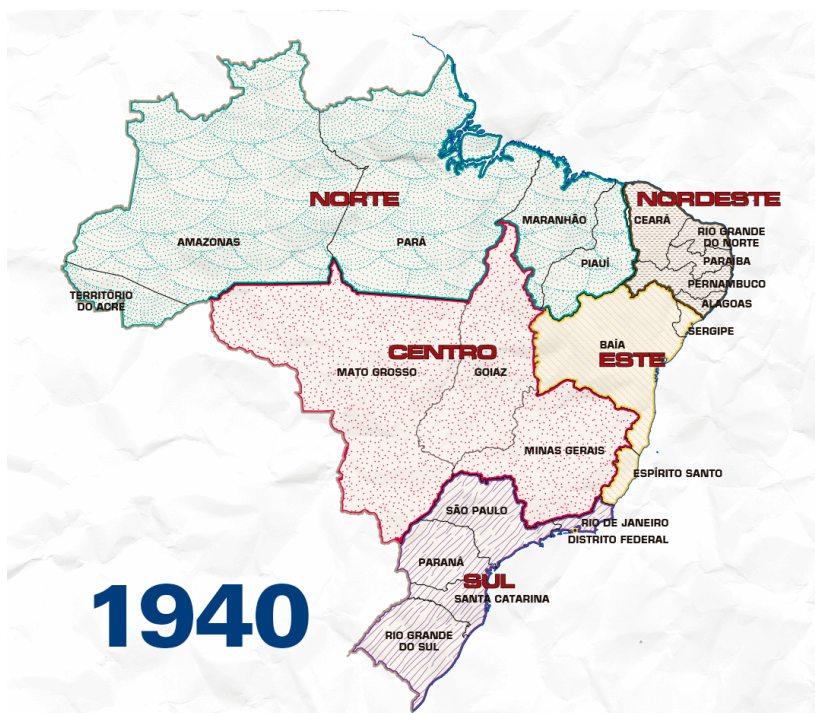
A formação dos grupos oligárquicos e suas formações partidárias, circularam em torno de homens, cuja base familiar estava assentada na terra e em redutos de poder localizados e dominados por grupos de parentelas [...] boa parte desses “homens do poder” tiveram uma formação bacharelesca e tomaram para si as bases de sustentação política na Paraíba. (NETO; SANTOS, 2020, p. 2)

Essa elite tinha o monopólio dos meios de produção e o controle da máquina estatal, exercendo também o domínio político sobre os trabalhadores.

Após a “revolução” de 1930, o desenho dos espaços políticos brasileiros se alterou, o país estava passando por uma transformação socioeconômica e as elites dominantes tiveram que se adequar a essa nova realidade nacional. Sobretudo, no governo Vargas (1930-1945), com sua ideologia desenvolvimentista de mutação do país de agrário-exportador para urbano-industrial.

Em 1940, inclusive, era utilizada a divisão regional usada pelo Ministério da Agricultura como mostra a imagem:

Mapa 01 – Divisão regional brasileira década de 1940



Fonte: Mapa formulado pelo IBGE (1940)

De acordo com o censo de 1940, na data do recenseamento havia no estado da Paraíba 41 municípios, 177 distritos, 41 cidades e 13 vilas. É importante ressaltar que o censo da década de 1940 teve um enfoque acentuadamente produtivista, voltado majoritariamente para a produção agropecuária. E, apesar dessas estatísticas serem importantes para entender o rural brasileiro nesse contexto histórico, não é suficiente como método de análise.

Além disso, o censo foi realizado sob a sombra do Estado Novo varguista que buscava a modernização, tendo nas estatísticas um poderoso instrumento. Assim:

O Censo Agrícola 1940 contemplou informações sobre a área, o produtor, a produção agrícola e pecuária, além dos tratamentos culturais, zootécnicos, irrigação, indústria rural, adubações químicas e verdes, valor da terra e benfeitorias, despesas realizadas, maquinários e veículos, construções rurais e, ainda, sobre o pessoal ocupado. (SENRA, 2014, p. 7).

O recenseamento do Estado da Paraíba fez parte da série regional (volume XV, tomo II). Dentro do censo agrícola, a despeito das críticas, ainda assim, foi possível enxergar o poder concentrado nas mãos de algumas poucas famílias paraibanas. Na subdivisão dos estabelecimentos:

A agricultura, a pecuária e a agropecuária foram classificadas em grande escala e em pequena escala, segundo o vulto da exploração. A agricultura em grande escala compreende os estabelecimentos cuja área da colheita, em 1949, fôsse igual ou superior a 20 hectares; a agricultura em pequena escala, os estabelecimentos de área da colheita inferior a 20 hectares. (IBGE, 1956, p.11).

Quadro 2 – Evolução dos estabelecimentos rurais da Paraíba, segundo área e valor

	Estabelecimentos totais	Áreas (ha)	Valor (Cr\$ ²⁹ 1000)
1920	18 378	3 751 628	174 233
1940	65 137	3 548 285	849 955

Fonte: Elaboração própria baseada no IBGE (1956).

Os dados mostram que de 1920 à 1940 o número de estabelecimentos rurais mais que triplicaram e valorizaram exponencialmente (com área média das propriedades se mantendo praticamente constante). Isso aconteceu porque

[...] ainda no governo de Vargas, no “Estado Novo”, as colônias agrícolas representaram um importante marco para o desencadeamento da marcha da agricultura e da ocupação de terras devolutas. (GONÇALVES; RAMIREZ; SANTOS, 2016, p. 45)

Além disso, desde 1891 foi instituída uma lei que aprovava a emissão de propriedade por parte dos estados e não mais como função da União.

A maior parte da população brasileira ainda vivia na zona rural, embora 3% das propriedades ocupassem uma área maior que 60% do território brasileiro. (OLIVEIRA, 2013).

²⁹ Cruzeiro (Cr\$) – moeda utilizada de 1942 a 1967.

Quadro 03 – Comparação de Terras Particulares e Terras Públicas na Paraíba (1920-1940)

Imóveis Rurais	Individuais	De entidades públicas
1920	17.755	09
1940	57.032	954

Fonte: Elaboração própria baseada no IBGE (1956).

O quadro aponta claramente o “boom” das propriedades individuais paraibanas na década de 1940, suprimindo o número reduzido de terras públicas. Entretanto, vale lembrar que “a esta ocupação do campesinato, entretanto, não se seguiu uma democratização do acesso à terra” (GONÇALVES; RAMIREZ; SANTOS, 2016). O governo não queria se desentender com as elites agropecuárias, que ainda eram uma força na determinação da política nacional.

Em relação a produtividade, o cultivo de cana-de-açúcar na Paraíba é maior na Zona do Litoral e da Mata com um total de 700. 240 toneladas fornecidas nos anos de 1940 (IBGE, 1956). Isso já era esperado para uma área densamente ocupada e explorada desde o início da colonização.

3.4 PERNAMBUCO DA DÉCADA DE 1940

No começo do século XX, a maioria do território Leste de pernambucano estava ocupado pelos engenhos, visto que, apesar do declínio do açúcar, o estado se manteve entre as cinco maiores economias estaduais do país até meados da década de 1940.

O aparecimento das usinas, na virada do século, vai causar uma fenda na conservadora cultura açucareira. A crescente divisão do trabalho, marcada pela impessoalidade e individualidade, vai abalar as relações humanas, misturadas às familiares.” (PONTUAL, 2001) O poder político provinha quase exclusivamente dos usineiros e dos fornecedores.

A Revolução de 1930 pouco conseguiu modificar esse quadro político. Embora em nível nacional estivesse em curso a redefinição parcial dos esquemas políticos de dominação regional e a modernização do aparelho de Estado, localmente a burguesia agroindustrial açucareira permaneceu dominando o aparelho de Estado, em nível estadual, até 1937. (PONTUAL, 2001, p. 426-427).

A capital, Recife, começa a ganhar notoriedade no final dos anos 1920 com a ascensão de um proletariado urbano (bem retratada no livro *O moleque Ricardo* de José Lins) e com a remodelação da paisagem com aumento dos mucambos³⁰

Se, pelo censo de 1913, os mucambos perfaziam um total de 16.347 prédios ou 43,3% dos prédios existentes, no de 1939 eles totalizavam 45.581, abrangendo 63,7% dos imóveis da cidade. Se em 1913 os mucambos não só “cercavam a cidade como um babado” como estavam “enquistados em áreas mais urbanizadas”, em 1939 essa situação devia ser aterradora. Já não se diferenciava a figuração da cidade da imagem do mucambo. (PONTUAL, 2001, p. 427).

Foto 6 – Praça da Independência, Recife 1940.



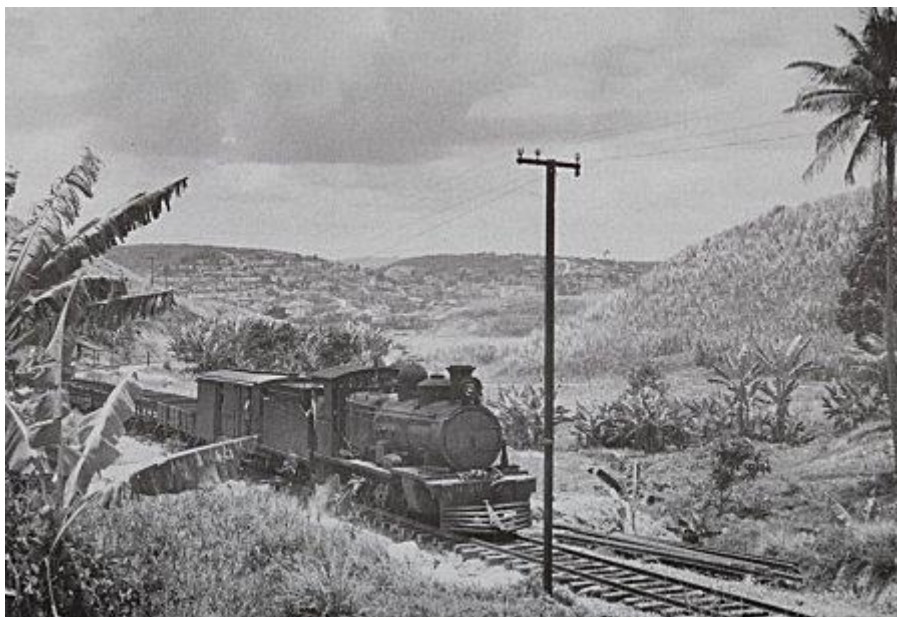
Fonte: Museu da Cidade de Recife³¹.

Assim, uma das principais linhas de ação do Estado Novo em Pernambuco foi o combate aos mucambos. A capital se modificava com a decomposição do complexo rural.

³⁰ construções artesanais, de frágil constituição (geralmente utilizando palha de cana ou capim) destinadas ao uso residencial.

³¹ Disponível em: <<https://museudacidadedorecife.org/>> Acesso em 23 de fev. 2022.

Foto 7 - A máquina da Great Western, uma North British 4-8-0 de 1905, corre pelo ramal de Barreiros (PE).



Fonte: Foto de Roy Christian, anos 1940.³²

Quadro 4 – Estabelecimentos industriais pernambucanos, na data dos recenseamentos gerais de 1920 e 1940

	Firmas individuais	Sociedade de pessoas	Operários totais
1920	284	141	15 761
1940	1 385	291	57 327

Fonte: Elaboração própria baseada nos dados do IBGE (1950).

Como demonstrado através dos dados acima, o estado modificava-se, industrializava-se, aumentando consideravelmente o seu número de operários e evidenciando uma expansão urbana desordenada (que mudou a paisagem da cidade significativamente em 20 anos). Segundo a pesquisadora Virgínia Pontual (2001), o crescimento demográfico em Recife, por exemplo, na década de 1940 foi de 50,6%.

³² Museu da Cidade de Recife.

Ao lado das elevadas taxas de crescimento demográfico, o fenômeno das secas, os males do latifúndio improdutivo, as deficiências de distribuição de energia elétrica, as deficiências de transportes, o analfabetismo, a mortalidade infantil, as endemias e a carência alimentar compunham o quadro aterrador do Nordeste e, particularmente, da sua metrópole regional - o Recife. (PONTUAL, 2001, p. 430).

Pernambuco refletia a crise econômica do rural nordestino, com o declínio da sociedade patriarcal.

4 FORTUNA CRÍTICA

Espaço destinado a análise dos romances selecionados de José Lins do Rego, com reflexões sobre o enredo e caracterização dos personagens e ambientes. De acordo com o pesquisador e linguista Afrânio Coutinho:

Historicamente, o lugar de José Lins do Rego na literatura brasileira é assegurado pela anexação que ele efetiva da realidade física e social nordestina, no plano da literatura. Entre as suas obras deposita-se, e mesmo algumas vezes vive, o nordeste úmido das várzeas da Paraíba, com os seus cabras do eito, os seus mestres carpinas, as suas negras serviçais para o trabalho e para o amor, os seus senhores de engenho. (COUTINHO, 2004, p.341).

Os “romances do açúcar” estão dentro de um conjunto de relações complexas que envolvem, mormente, o domínio do paternalismo rural e a opressão e miséria por trás dos idílicos partidos verdes de cana.

4.1 MENINO DE ENGENHO

Menino de Engenho (1932) vai contar a história do protagonista (e também narrador) Carlos de Melo, chamado de Carlinhos pelos mais próximos. A obra já começa com um ritmo frenético e um acontecimento chocante: o assassinato da mãe do jovem Carlos orquestrado pelo próprio pai, que não estava “em suas faculdades mentais”.

Eu tinha uns quatro anos no dia em que a minha mãe morreu. Dormia no meu quarto, quando pela manhã me acordei com um enorme barulho na casa toda. Eram gritos e gente correndo para todos os cantos. O quarto de dormir de meu pai estava cheio de pessoas que eu não conhecia. Corri para lá, e vi minha mãe estendida no chão e meu pai caído em cima dela como um louco. [...] O criado, pálido, contava que ainda dormia quando ouvira uns tiros no primeiro andar. E, correndo para cima, vira o meu pai com o revólver na mão e minha mãe ensanguentada. “O doutor matou a dona Clarisse!” Por quê? Ninguém sabia compreender. (REGO, 2018, p. 25).

A presença da morte e da loucura são constantes no livro. E o feminicídio de sua mãe é a todo tempo justificado pelas pessoas daquela sociedade como um ato de desespero de amor, ou como o narrador-protagonista coloca, o “amor de um louco”.

A primeira página do romance coloca em questão uma temática (que ainda hoje é um tabu): a violência doméstica contra a mulher. A construção da imagem feminina desde o Brasil colonial é marcada por uma moralidade masculina, cujos valores se adequam a sua condição e classe social.

A violência conjugal sempre esteve presente na vida privada:

Entre um século e outro, o Brasil viveu uma ascensão da classe média e assistiu a um crescimento urbano e uma industrialização sem precedentes, processos que conduziram ao aumento de possibilidades educacionais e profissionais para as mulheres. As mudanças, porém, não tinham atingido as mentalidades [...] A violência masculina não tinha fim nem limites, sobretudo na intimidade, no seio da vida privada, em que os maus-tratos podiam ser silenciados. E, porque invisíveis, fechados entre quatro paredes, tornavam-se lícitos. (DEL PRIORE, 2020, p. 140-141).

Carlinhos relata nos capítulos seguintes que amava o pai, descrito como um homem alto e bonito de fartos bigodes pretos. Porém, às vezes:

[...] ele entrava em casa calado. Sentava-se numa cadeira ou passeava pelo corredor com as mãos para trás, e discutia muito com minha mãe. Gritava, dizia tanta coisa, ficava com uma cara de raiva que me fazia medo. E minha mãe saía para o quarto aos soluços. Eu não sabia compreender o porquê de toda aquela discussão. (REGO, 2018, p. 26-27).

Ainda assim, nessa sociedade antagonista, entre os anos 1930-40 o patriarcalismo começa a apresentar algumas rachaduras. As relações entre homem-mulher se alteram e o êxodo campo-cidade aumenta para o desespero de uma aristocracia ligada a um passado rural e escravocrata.

A orfandade de Carlinhos o leva para o Engenho Santa Rosa. Agora, o menino vai morar com o avô materno, o poderoso “Coronel” José Paulino, inspirado no avô do próprio autor – José Lins Cavalcanti de Albuquerque – conhecido como Bubu pelos familiares.

Logo no início da jornada de trem para o engenho (na companhia do tio), Carlinhos fica encantado com a mudança na paisagem e vai enxergando o ambiente que lhe é apresentado como mitológico, um recanto do céu com sua farta natureza, rios, moenda e a boca de um bueiro que nunca se apaga.

A afirmação do tio ao falar que “tudo aquilo ali pertencia ao seu avô” demonstra a grandeza de um senhor de engenho da época, e esta riqueza pode ser avaliada pelo número de terras e pela suntuosidade da propriedade. Por não conhecer o novo espaço que passaria a habitar e por ter uma visão fantasiosa do engenho do avô, Carlinhos tem uma sequência de impressões extraordinárias acerca do que ia vendo. (DUARTE, 2015, p. 52).

E esse fascínio não se restringe à terra, o maquinário do engenho desperta muita curiosidade no garoto, que é apresentado a estrutura do banguê na sua chegada. De uma forma “poética”, a divisão do trabalho e a função de cada espaço é descrita ao leitor:

Depois do café mandaram-me para o engenho, que estava nos fins da moagem. Era uns restos de cana que aproveitavam.

– Quase que você não pega o engenho safreando – me disse tio Juca.

Ficava a fábrica bem perto da casa-grande. Um enorme edifício de telhado baixo, com quatro biqueiras e um bueiro branco, a boca cortada em diagonal. Não sei por que os meninos gostam tanto das máquinas. Minha atenção inteira foi para o mecanismo do engenho. [...] Depois comecei a ver os picadeiros atulhados de feixes de cana, o pessoal da casa de caldeiras. Tio Juca começou a me mostrar como se fazia o açúcar. O mestre Cândido com uma cuia de água de cal deitando nas tachas e as tachas fervendo, o cocho com o caldo frio e uma fumaça cheirosa entrando pela boca da gente.

– É aqui onde se cozinha o açúcar. Vamos agora para a casa de purgar.

Dois homens levavam caçambas com mel batido para as formas estendidas em andaimes com furos. Ali mandava o purgador, um preto, com as mãos metidas na lama suja que cobria a boca das formas. Meu tio explicava como aquele barro preto fazia o açúcar branco. (REGO, 2018, p. 34).

Da imponente casa-grande ao complexo do engenho, o narrador protagonista observa a presença da senzala, que ainda mantinha a sua estrutura dos tempos da escravidão (DUARTE, 2015) e que a mesma não tinha perdido a sua função de abrigar os negros.

Restava ainda a senzala dos tempos do cativo. Uns vinte quartos com o mesmo alpendre da frente. As negras do meu avô, mesmo depois da abolição, ficaram todas no engenho, não deixaram a rua, como elas chamavam a senzala. E ali foram morrendo de velhas. Conheci umas quatro: Maria Gorda, Generosa, Galdina e Romana. O meu avô continuava a dar-lhes de comer e vestir. E elas a trabalharem de graça, com a mesma alegria da escravidão. As suas filhas e netas iam-lhes sucedendo na servidão, com o mesmo amor à casa-grande e a mesma passividade de bons animais domésticos. (REGO, 2018, p. 75-76).

Sobre isso, a historiadora Lília Schwarcz (2019) disserta que o sistema (escravista) acabou tarde e de maneira conservadora, não integrando a população recém-liberta a sociedade. E pior que isso, com a ascensão das já mencionadas teorias darwinistas-raciais, a desigualdade passa a ser justificada pela biologia que reforçava a dominação dos brancos sobre os negros.

Perpetuava-se assim, as estruturas do poder de dominação do passado, excluindo grande parte da população brasileira das principais instituições do país.

No romance, Carlinhos destaca em várias passagens o contraste da sua vida rica, com a vida dos “moleques da bagaceira” que habitavam as terras do seu avô e que apesar da idade, já estavam inseridos no circuito de trabalho infantil.

O costume de ver todo dia gente na sua degradação me habituava a sua desgraça. Nunca, menino, tive pena deles. Achava muito natural que vivessem dormindo em chiqueiros, comendo um nada, trabalhando como burros de carga. A minha compreensão da vida fazia-me ver nisto uma obra de Deus. Eles nasceram assim porque Deus quisera, e porque Deus quisera nós éramos brancos e mandávamos neles. Mandávamos também nos bois, nos burros e nos matos. (REGO, 2018, p.108).

O narrador vive em contínua tensão entre as memórias nostálgicas de criança, com alusão a um paraíso perdido, e ao mesmo tempo, é dissociado dessa imagem infantil ao compartilhar a sua indiferença à miséria do povo. Tal conflito, segundo Trigo (2002), é a marca fundamental das narrativas em primeira pessoa dos romances do açúcar. A dialética permeia todo o ciclo.

Carlinhos cresce brincando e dividindo “experiências eróticas” com os moleques da bagaceira, contudo, essa cumplicidade infantil é passageira, são iguais nas brincadeiras, mas separados por um abismo sociocultural.

[...] não associa a pobreza que vê ao fato de existirem poucos latifundiários e muitos miseráveis. É uma consciência social ainda débil, portanto, que não ameaça sequer a representação mental que o protagonista faz da estrutura social que o cerca: estar triste com a miséria não põe em questão o mundo em que vive. Ainda. (TRIGO, 2002, p.155-156).

O conformismo de criança é internalizado também nos trabalhadores do eito. Nas sofridas páginas descrevendo as cheias do Rio Paraíba, os “oprimidos da terra” não se revoltam, entregam a Deus o seu destino enquanto o rio vai levando os seus roçados na periferia do engenho.

Esse dualismo, entre a cheia e a seca do rio vem para acentuar a assimetria entre os pobres e ricos.

Na obra *Nordeste* de Gilberto Freyre, especificamente o capítulo *A cana e água*, o rio foi e é quase tudo para a lavoura, que o subordinou ao novo sistema de relações entre o homem e a paisagem:

O empobrecimento do solo, em tantos trechos do Nordeste, por efeito da erosão, não se pode atribuir aos rios, à sua ânsia de correr para o mar levando a gordura das terras, mas principalmente à monocultura. Devastando as matas e utilizando-

se do terreno para uma cultura única, a monocultura deixava que as outras riquezas se dissolvessem na água, se perdessem nos rios (FREYRE, 2004, p. 60)

O degradamento da vegetação ciliar, também está ligado à destruição da mata pelo fogo, à prática discriminada da Coivara, promovendo a erosão e esgotamento dos solos na Zona da Mata em prol da monocultura “devoradora da fertilidade”.

Quem narra *Menino de Engenho* não é o menino Carlinhos, mas o homem Carlos de Melo, que “adulto contempla e reconstitui, com certa melancolia nostálgica, o próprio passado.” (TRIGO, 2002, p. 164). José Lins se transforma duplamente nessas personagens e assim como Carlos de Melo, “fracassa” por temperamento.

O temperamento de Carlos de Melo, suas sutilezas psicológicas, “carregando uma melancolia desesperada” desde o radical assassinato da mãe, é similar ao sentimento de impotência, as oscilações de humor do escritor José Lins do Rego, que ia da euforia à depressão segundo os relatos dos amigos próximos.

Entramos em contato não só com o universo estrito dos engenhos, mas com as histórias de sertanejo personificadas no cangaceiro Antônio Silvino, que vai parar nas páginas de *Menino de Engenho* quando este e seu bando visitam o engenho do avô.

Uma tarde, chegou um portador num cavalo cansado de tanto correr, com um bilhete para o meu avô. Era um recado do coronel Anísio, de cana Brava, prevenindo que Antônio Silvino naquela noite estaria entre nós. A casa toda ficou debaixo do pavor. O nome do cangaceiro era bastante para mudar o tom de uma conversa. Falava-se baixinho, em cochicho como se o vento pudesse levar as palavras. (REGO, 2018, p. 40).

O cangaceiro é uma expressão regional, um legendário da tradição cultural nordestina e para as crianças o seu nome era associado a de um rei, principalmente pela tradição oral, alimentada através das histórias da Velha Totônia, personagem que viajava pelos engenhos da região contando histórias de fantasmas, de reinos distantes, de criaturas monstruosas, alimentando o imaginário social.

Na libertinagem da infância, Carlinhos não é criado dentro da rígida doutrina cristã, por mais que o engenho tivesse a sala de oratórios, com as imagens e esculturas dos santos (adorados por sua tia Maria, que lhe era como uma mãe e a “malvada” Velha Sinhazinha – irmã do avô Zé Paulino), o garoto foi apresentado a noção de céu e inferno tardiamente. Isso é refletido, na visão da tia, na perversidade que os garotos tinham com os animais e motivo de críticas ao avô que estava criando um “pagão” em casa.

Não havia no engenho o gosto diário da oração. Talvez o exemplo de meu avô, justo e bom como ele era, mas indiferente às práticas religiosas, arrastasse os seus a esses afrouxamentos de devoção. Pagava-se muita promessa, dava-se muito dinheiro para as festas de Nossa Senhora. Mas nunca vi ninguém do engenho numa mesa de comunhão. (REGO, 2018, p. 62).

Em compensação, Carlinhos perde a inocência no engenho, prematuramente ele entra em contato com o sexo, guiado pelos primos mais velhos e pelo exemplo dos moleques. O naturalismo era latente e o sexo banalizado, há passagens no texto em que a sifilização era motivo de orgulho entre os “meninos”, simbolizando a virilidade, a afirmação da masculinidade. “O sexo crescia em mim mais depressa do que as pernas e os braços.” (REGO, 2018).

Tudo isso acaba, quando aos 12 anos, o garoto é mandado ao colégio interno, que funcionava como casa de correção. Ali, teve contato com um outro mundo e a novas relações. Assim acaba *Menino de Engenho*, com Carlos “perdido” e dá-se início a *Doidinho*, ambientado na esfera urbana em outro território e com outras dinâmicas.

4.2 USINA

Usina, em ordem cronológica é o quinto romance de José Lins e considerado o quarto do ciclo da cana, pois o *Moleque Ricardo* (seu antecessor) foge um pouco da temática do engenho e retrata a periferia de Recife, ambientada nos manguezais marginalizados, no contexto do crescimento demográfico e urbano dos anos (1920-30).

Escrito em 1936, a primeira parte de *Usina* marca a volta de Ricardo, que cresceu no Engenho Santa Rosa (era um dos moleques da bagaceira quando ainda era comandado pelo coronel José Paulino) e ao partir para Recife em busca de uma vida melhor, acaba sendo preso por um crime que não cometeu. Juntamente com outros negros que ousaram tomar parte de uma greve operária, passou dois anos degredado em Fernando de Noronha³³.

Ricardo reencontra seu mundo totalmente modificado pelo progresso industrial, marcando a decadência do patriarcado rural nordestino.

³³ Por mais de 200 anos (até 1945), sob a jurisdição de Pernambuco, o arquipélago de Fernando de Noronha funcionou como uma prisão. Foi utilizado até por Getúlio Vargas durante o Estado Novo para abrigar presos políticos.

É uma desintegração que já se anunciava: a dos grandes engenhos de açúcar, por fim assaltados pela moderna maquinaria, algumas controladas por empresas estrangeiras. Com o engenho, cai também todo um sistema do qual ele é símbolo: a sociedade patriarcal cuja lógica permeou toda a formação de Carlos de Melo. (TRIGO, 2002, p. 234).

Nesse novo mundo na qual Ricardo é exposto, são estabelecidos novos padrões e novos códigos sociais. Em Noronha, estava em reclusão, então, o mar a sua volta e o erotismo funcionavam como um escape. Como transcreve José Lins “uma mulher em Fernando tinha valor de diamante” (REGO, 2012, p. 41). O isolamento de mulheres levou os prisioneiros à loucura e a prática do homossexualismo, que sem julgamentos da parte do autor é explorado na trama, mesmo com os sentimentos divergentes de estranheza e vergonha dos detentos. A perspectiva de Ricardo voltar ao continente, ao engenho da sua infância, desperta uma nova consciência.

Como mencionado, tudo estava mudado. O Engenho Santa Rosa agora era Usina Bom Jesus, sob o comando do tio de Carlos de Melo, o “Dr.” Juca que assumiu a direção da nova empresa. Foi preciso um grande arranjo familiar com a hipoteca de algumas propriedades para a compra do maquinário da Usina.

Na segunda parte do livro, o foco deixa de ser Ricardo e passa a ser os usineiros, suas famílias, o espaço rural, a força da natureza, as pessoas que moravam sobre a proteção do sr. de engenho e agora se veem inseridas em uma nova relação de trabalho.

As usinas foram os instrumentos criados para garantir a consolidação das estruturas econômico e sociais capitalistas na sociedade açucareira nordestina, ação que necessariamente ocorreu com a eliminação do tradicionalismo. (SANTOS, 2014, p. 121).

A quebra das tradições pode ser observada nas mudanças na estrutura da própria casa-grande.

O Santa Rosa se encheu de convidados. A velha casa, onde o velho José Paulino vivera os seus oitenta e tantos anos, se reformara também. Ali na cozinha, nas portas largas por onde entravam e saíam os moradores e as negras, tinham posto grades de ferro. A sala de visitas se enfeitara de poltronas, como as que se viam nas casas da cidade. Os quartos de dormir se forraram. O grande casarão tomava assim outras cores, outro jeito, outras maneiras de receber os que chegavam. Aquele ar bonacheirão, aquelas portas abertas, a cozinha sempre cheia de gente, tudo que era tão natural e tão seu, se fora. A casa-grande da usina não podia continuar a ser a casa-grande de engenho. (REGO, 2012, p. 89)

As usinas derrubaram também o antigo sistema de produção, aumentaram o ritmo de trabalho e passaram a alugar trabalhadores de fora da esfera do finado engenho. O serviço agora era feito com menos mão-de-obra e com maior agilidade. Em consequência, muitos trabalhadores do eito ficaram desempregados com a chegada das usinas no Nordeste. E essa decadência, atingiu posteriormente os próprios usineiros.

Mas naquele momento, para o diretor da Usina Bom Jesus, o título de usineiro era sinônimo de status social, de prestígio. Um sucesso que ainda dependia da devastadora monocultura do açúcar, passando por cima das pequenas plantações de subsistência e ocupando cada pedaço de terra com a cana. A paisagem se desfigurava, cortada por quilômetros de estradas de ferro.

Os roçados dos trabalhadores foram destruídos, pois a fome de lucro da usina não deixava espaço para milho ou feijão, ou roçados de algodão. Como escreveu Gilberto Freyre em *Nordeste*, no mundo pré-usina o trabalhador só se ocupava durante parte do ano, e nos largos meses de ócio deixados pela monocultura de cana havia tolerância para que ele plantasse o que quisesse. (TRIGO, 2002, p. 239)

A queixa dos trabalhadores era que a chegada da usina conseguiu deixá-los mais pobres. O senhor de engenho antes permitia que tirassem dois dias na semana para eles, para tratarem de seus roçadinhos, mas a usina vetou tal “regalia”. A moagem funcionava de domingo a domingo.

José Lins discorre que o coração de usineiro era diferente do coração de senhor de engenho. O aspecto humano das relações é atropelado pela perspectiva do lucro, qualquer pedaço de terra fértil era apropriado pela usina, restando apenas a dura caatinga para o povo (que de ex-escravos e trabalhadores do eito, são “promovidos” a operários da usina).

Esta transformação foi altamente traumática para a população do antigo engenho, uma vez que a relação entre homem, trabalho e terra sofria interferência de novos valores. Prestando serviço como operário de usina, o antigo homem do eito passou a ter seu trabalho vinculado ao relógio mecânico, respondendo a uma carga horária diária de no mínimo 12 horas de duração, em turnos invertidos semanalmente, situação não encontrada nos tempos do engenho em que a rotina era determinada pelo ciclo solar. (SANTOS, 2014, p. 134).

As condições de trabalho não eram homogêneas, existiam subdivisões e uma hierarquia entre os operários da usina e a população do antigo engenho (que, como

se fosse possível, viviam em situações mais degradantes que os operários da vila, se ocupando dos partidos de cana).

Para a imobilidade dos trabalhadores, o salário era “pago” em tickets de alimentação (um tipo de moeda simbólica), que somente poderiam ser gastos no depósito, o Barracão, uma espécie de mercadinho da usina, super inflacionado.

Além dos fatores socioeconômicos, a questão ambiental ganha mais espaço de discussão na obra zéliniana, pois a destruição do ecossistema acompanha a transição dos engenhos para as usinas (não que antes não houvesse desmatamento, mas intensificou-se de uma forma assustadora).

[...] A Bom Jesus comendo tudo o que eles tinham, tomando a várzea, cortando as laranjeiras, destruindo as roçadas, fazendo o povo subir para a caatinga. [...] Saísse de várzea afora e so se via canavial. Aonde estava o sítio das meninas do seu Lucindo, a casa de barro escuro, o pé de juá, o jenipapeiro, as roseiras velhas que davam umas rosas qu nasciam murchas? A usina comera, a usina raspava, enchera de cana. (REGO, 2012, p.150)

Nem o Rio Paraíba escapa, os rejeitos da usina são jogados em suas águas, poluindo a várzea dos pobres ribeirinhos. Até o riacho Vertente que circundava as casinhas da região tem o seu curso alterado para servir exclusivamente à usina. A apropriação da natureza se sobressai em *Usina*.

A usina despojara o Paraíba de suas bondades, mijando aquela calda fedorenta, justamente nos tempos da seca. Transformava aquele leite branco, enverdecido pelos juncos, pelas salsas, num rego, por onde corria um fio de lama. O Paraíba de agora era um acampamento de urubus. [...] E veio a usina e pegou o Vertente, indo às suas nascentes, cercandolhes as matas. E com pouco mais o pobrezinho deixaria o seu leite macio de areia para correr num leito duro de tijolo e cimento. (REGO, 2012, p. 222).

O “progresso” fez o Dr. Juca despejar os pobres de todas as suas terras, o povo do antigo engenho, cujos pais e avós ali viveram e foram escravizados, perdeu espaço para o mar de canas. Mas, como declara José Lins, inspirado na religiosidade desse povo: a “providência” nunca falha. A queda nos preços do açúcar foi a decadência do latifundiário. “O empobrecimento do Dr. Juca não é somente um castigo para as arbitrariedades e crueldades que ele cometera. É a própria engrenagem do mundo que dá mais uma volta” (TRIGO, 2002, p. 235).

José Lins do Rego tem um olhar astuto para o seu entorno, descreve muito bem as dificuldades e conflitos de cada classe social e gênero. A fome é uma personagem

perene e fonte de mobilização em *Usina*. A miséria do povo é exposta de maneira dramática, para causar desconforto ao leitor que se depara com uma massa de gente abandonada por Deus, pelo governo, pelos usineiros

E a peste comendo gente. Pelas calçadas amanheciam moradores, pedindo comida. Os retirantes ganhavam as matas, atrás de coco-catulé e raízes. Ver-se um era ver-se todos, magros, de boca roída pelas feridas. Falavam de grupos armados, que estavam atacando os engenhos. [...] O povo da caatinga descia, de mochila na mão, para pedir. Pareciam os penitentes da quaresma, atrás de jejum, pelo amor de Deus. A casa-grande quase nada tinha para dar. O barracão é que estava arrojado de mercadorias. O povo passava de olhos compridos por ele. (REGO, 2012, p. 348-349).

As últimas passagens do romance são desesperadoras. Os holofotes se voltam para o “moleque” Ricardo, que trabalhava guardando o Barracão de mercadorias, sentia medo e uma sensação esquisita do que estava por vir. O povo gritava lá fora ameaçando derrubar a porta e saquear os alimentos.

A cabeça do moleque rodava, um zum-zum, como canto de cigarra distante, gemia nos seus ouvidos. Bateram na porta. E o cabra disparou um tiro à toa. Então Ricardo correu, pulou o balcão da venda, se agarrou na tranca para abrir.
– O moleque está doido – gritou seu Ernesto. E uma bala pegou-o pelas costas. O povo entrou pela porta escancarada, passando por cima do corpo do negro ferido. E aqueles braços semimortos tiveram força para matar gente. [...] Naquela noite começara a relampejar nas cabeceiras do Paraíba. (REGO, 2012, p. 350-351).

E assim, termina tragicamente a breve história da Usina Bom Jesus, devoradora de gente que foi engolida pelas usinas maiores. A propriedade foi liquidada junto com o prestígio de seus sócios. As dívidas, a péssima gestão, a grande crise do açúcar, a fome, a seca e a usura a deixaram de fogo morto.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A orientação teórica deste trabalho de conclusão de curso partiu do apontamento da intrínseca relação entre Literatura e História, da percepção da escrita literária além do viés artístico. A narrativa ficcional é, sobretudo, um meio de comunicação que abarca em seu canal as questões regionais e sociais. Contudo, é preciso diferenciá-la da narrativa histórica.

A realidade não se apresenta de forma fragmentada. O diálogo entre as ciências humanas passa pela própria ressignificação das fontes e objetos históricos (na metade do século XX). Esse alargamento das fronteiras do saber, permitiu uma análise mais completa e integrada da temática pesquisada. E, o reconhecimento da contribuição da Literatura na produção do conhecimento historiográfico.

A literatura brasileira a partir do Modernismo (principalmente da segunda fase em prosa), promoveu a circulação de discursos que refletiam as transformações socioculturais do século XX. A Semana de Arte Moderna de 1922 foi um marco não só para a cultura brasileira, mas para a própria identificação da população como nação. E a data para a realização do evento não foi escolhida casualmente: comemorava-se o centenário da independência do Brasil.

Os artistas, embarcam em um processo de valorização da língua nacional, evidenciando expressões do cotidiano que muitas vezes eram distantes da norma culta padrão, destacando especialmente a comunicação oral em suas produções.

Mário de Andrade é colocado como um grande escritor que influenciou José Lins do Rego, seja pela representatividade no Modernismo ou pela genialidade de trazer em seus livros a diversidade cultural do país e a oralidade para a sua escrita, coloquial e embargada de significados. *Macunaíma* é a personalização dessas características.

José Lins do Rego Cavalcanti fez parte do grupo de escritores da segunda fase modernista, os “Regionalistas de 30”, com escritores politizados que denunciaram a opressão e a desigualdade do Brasil continental. Nascido em 1901, no Engenho Corredor (na Paraíba), pertencia a uma tradicional família da oligarquia nordestina e foi testemunha ocular da decadência dos Banguês. Formou-se em Direito, mas a carreira literária ocupou grande parte da sua vida. Em Maceió, escreve o seu primeiro livro *Menino de Engenho* (1932), dando início a saga dos romances do açúcar.

Nesse período de efervescência cultural conhece Gilberto Freyre, constantemente citado neste trabalho não só pela sua amizade e raio de influência sob o José Lins, mas pela sua relevância no movimento Regionalista e na própria escrita da história nacional. Seus ensaios “revolucionaram” a maneira de analisar as relações sociais no Período Colonial.

Outros teóricos importantes inseridos na pesquisa foram Darcy Ribeiro por trazer uma discussão sobre a genealogia do Brasil a partir de nossas matrizes culturais; Celso Furtado com sua historiografia econômica brasileira, analisando as estruturas econômica e políticas da Colônia à República; E Sergio Buarque de Holanda pela interessante articulação entre os processos socioeconômicos, culturais e políticos e o modo de vida do brasileiro. Seus ensaios e teses influenciaram toda uma geração de pesquisadores, incluindo-os sempre nas referências para o estudo do Brasil.

Um Brasil que desde a invasão de 1500, se organizou através de um modelo de ocupação e exploração agrícola. O açúcar foi uma grande influência sobre a formação da sociedade brasileira, através do latifúndio, da monocultura e da escravidão. O sistema patriarcal de relações atingiu a família, a religião, a política, não apenas a economia.

São vários os aspectos desse complexo social representados pelos banguês nordestinos, cujas estruturas são descritas e contextualizadas no trabalho.

Este complexo socioeconômico se manterá até a introdução de um projeto de industrialização do país na década de 1930. No governo Varguista progressivamente os banguês vão dando lugar às usinas. Essa mudança do panorama econômico é introduzida em *Menino de Engenho* (1932) e finalizada em *Usina* (1936).

Na fortuna crítica (capítulo 4) busquei analisar, através desses romances selecionados, as mudanças econômicas e as tensões sociais que se deram no Nordeste brasileiro. A ascensão e a decadência do modelo de produção açucareira acarretou na problematização dos valores e tradições regionais.

Paraíba e Pernambuco, estados onde *Menino de Engenho* e *Usina* são ambientados, revelam através dos dados colhidos no recenseamento de 1940 a racionalização produtivista, a expansão capitalista (no aumento das propriedades individuais) e a crescente urbanização com aumento do número de proletários advindos do movimento de êxodo rural.

Concluindo, o recurso de utilizar fontes alternativas, como os romances de José Lins do Rego, na análise de um panorama regional e nacional, reforça a importância

da interseccionalidade entre a áreas e a confluência entre sociedade, autor e temporalidade histórica.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS (ABL). **Biografia de José Lins do Rego**.

Disponível em: <<https://www.academia.org.br/academicos/jose-lins-do-rego/biografia>> .

Acesso em: 22 de jan. 2022.

ABREU, Márcia. **Cultura Letrada: literatura e leitura**. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

ARRUDA, José Jobson de; PILETTI, Nelson. **Toda a História**. – 12. ed. – São Paulo: Editora Ática, 2003.

AZEVEDO, Neroaldo Pontes de. **Modernismo e Regionalismo** – Os anos 20 em Pernambuco – João Pessoa: Secretaria da Educação e Cultura, 1984.

BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou o ofício do historiador**. Traduzido por André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRANDÃO, Alfredo. **Crônicas Alagoanas**. – Maceió: Casa Ramalho, 1939.

BRITO, Lana. José Lins do Rego: 120 anos do imortal menino de engenho apaixonado pelo Flamengo. **Jornal da Paraíba**, 21 jun. 2021. Disponível em: <jornaldaparaiba.com.br/cultura/2021/06/03/jose-lins-rego-120-anos-imortal-menino-de-engenho-apaixonado-pelo-flamengo> Acesso em: 01 de fev. 2022.

CADEMARTORI, Ligia. A História Contada. In: CHALHOUN, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso. **Cai na tentação de confundir literatura com testemunho histórico**. Correio Brasiliense, 30 de agosto de 1998. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/acervo>> . Acesso em: 12 de jan. 2022.

CANDIDO, Antônio. **Literatura e Sociedade**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

CASAL, Manuel Aires de. **Coreografia brasílica ou Relação histórico-geográfica do Reino do Brasil**. - São Paulo: Edições Cultura, 2 v., 1943.

COUTINHO, Afrânio. **A Literatura no Brasil**. Volume 5 (Era Modernista). – 7. ed. – São Paulo: Global, 2004.

DANTAS, Cauby. **Gilberto Freyre e José Lins do Rego: diálogos do senhor da casa-grande com o menino de engenho**. Campina Grande: EDUEPB, 2015.

DIÁRIO DAS ALAGOAS. **Maceió**, 1858-1892.

DEL PRIORE, Mary. **Histórias da gente brasileira: volume I: colônia**. – São Paulo: LeYa, 2016.

_____. **Histórias da gente brasileira. Volume III: República – Memórias (1889-1950)**. - Rio de Janeiro: LeYa, 2017.

_____. **Sobreviventes e guerreiras: uma breve história das mulheres no Brasil: 1500-2000**. – São Paulo: Planeta, 2020.

DEL PRIORE, Mary; VENANCIO, Renato. **Uma breve história do Brasil**. – São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2010.

DIÉGUES Júnior, Manuel. **O Bangüê nas Alagoas: traços da influência do sistema econômico do engenho do açúcar na vida e na cultura regional**. – 3. ed. – Maceió: EDUFAL, 2006.

DUARTE, Mariana. **Enxadas de açúcar: economia e formação social na ficção de José Lins do Rego**. Curitiba: Appris, 2015.

FAUSTO, Boris. **Getúlio Vargas: o poder e o sorriso**. – 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. **A Civilização do Açúcar: séculos XVI a XVIII**. – 11. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

FERREIRA, Antonio Celso. Literatura: a fonte fecunda. In: LUCA, Tania Regina de; PINSKY, Carla Bassanezi. **O Historiador e suas fontes** – São Paulo: Contexto, 2009.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal** – 51. ed. rev. – São Paulo: Global, 2006.

_____. **Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil**. – 7. ed. rev. – São Paulo: Global, 2004.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil** – 34ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GARCIA, Rodolfo. **Dicionário de brasileiríssimos: peculiaridades pernambucanas**. – Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1919.

GOLKE, Marlete. **Gilberto Freyre e a cultura ameaçada: as fronteiras entre identidade e alteridade da “nação brasileira”**. – Monografia (especialização em História do Brasil) – Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2011.

GONÇALVES, Lúcio Carlos; RAMIREZ, Matheus Anchieta; SANTOS, Dalvana dos. **Extensão rural e conexões**. – 1. ed. – Belo Horizonte: FEPMVZ, 2016.

HOBSBAWN, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX (1941-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque de. **ABC de José Lins do Rego**. – Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. – 27. ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

IBGE. **Estado da Paraíba**: série regional. v. XVI, Tomo II. – Rio de Janeiro, 1956.
Disponível em:

<biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/67/cd_1950_v16_t2_pb.pdf>. Acesso em: 22 de fev. 2022.

_____. Recenseamento Geral do Brasil (1º de setembro de 1940). Série Regional – Parte IX – **Pernambuco**. Tomo II. Rio de Janeiro: 1950. Disponível em:
<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/65/cd_1940_p9_t2_pe.pdf> Acesso em: 24 de fev. 2022.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão. - Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.

MAIAKÓVSKI, Vladímir. **Mistério-bufo**. Tradução de Arlete Cavaliere – 1ª ed. – São Paulo: Editora 34, 2012.

MUSEU DO UNA. **Engenhos**. Disponível em:
<<http://www.museoudouna.com.br/engenho.htm>>. Acesso em: 11 de fev. 2022.

NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. – 2. impressão. – Brasília: Senado Federal, Conselho editorial, 2010.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. – 3. ed. – São Paulo: Perspectivas, 2016.

NETO, Martinho Guedes dos Santos; SANTOS, Shsleyder Lira. **Elites políticas e partidárias na Paraíba do século XX: subsídios teóricos e metodológicos – encaminhamentos introdutórios de pesquisa**. Disponível em:
<http://uece.br/eventos/gthpanpuh/anais/trabalhos_completos/298-31265-04052017-202638.pdf> Acesso em: 20 de fev. 2022.

OLIVEIRA, Pedro Cassiano Farias de. **Extensão Rural e interesses patronais no Brasil: uma análise da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural – ABCAR (1948-1972).** (Tese de Mestrado em História). – Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói: 2013. Disponível em: <<https://www.historia.uff.br/stricto/td/1723.pdf>> Acesso em: 24 de fev. 2022.

PONTUAL, Virgínia. Tempos do Recife: representações culturais e configurações urbanas. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 21, nº 42, p. 417- 434. 2001. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbh/a/xGZft5mx9VpjDNs7WPxZtcr/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 25 de fev. de 2022.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo: colônia** – 1 ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PROENÇA, Ivan Cavalcanti. **Prefácio**. In: REGO, José Lins do. *Menino de Engenho*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2018, p. 9-14.

REGO, José Lins do. **Doidinho** – 50. ed. – Rio de Janeiro: José Olympio, 2018.

_____ **Menino de Engenho**. – 110 ed. – Rio de Janeiro: José Olympio, 2018.

_____ **Meus Verdes anos**. – 9. ed. – Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

_____. **Usina**. – 21. ed. – Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. – 3. ed. – São Paulo: Global, 2015.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O contrato social**. Tradução de Antonio de Pádua Danesi. – 3ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 1996.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, Patriarcado, Violência**. – 2. ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SAMPAIO, Tiago Henrique; SILVA, Alex Rogério. **Diálogos possíveis: História e Literatura em perspectiva** – São Carlos: UFSCar/CPOI, 2021. v. 2.

SANTOS, Gladson de Oliveira. **José Lins do Rego e a modernização da economia açucareira nordestina**. – 1. ed. – São Paulo: PerSe, 2014.

SCHWARTZ, Jorge. **Vanguardas Latino-americanas: Polêmicas, Manifestos e Textos Críticos**. – 2. ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SCHWARTZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. – São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SENRA, Nelson de Castro. **O censo entra em campo: o IBGE e a história dos recenseamentos agropecuários**. – Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

TÉRCIO, Jason. **Em busca da alma brasileira: biografia de Mário de Andrade**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

TRIGO, Luciano. **ENGENHO E MEMÓRIA: O Nordeste do açúcar na ficção de José Lins do Rego**. – 1 ed. – Rio de Janeiro: TOPBOOKS, 2002.

ZIRAVELLO, Mara. A distribuição dos grupos indígenas. **Brasil 500 anos**, São Paulo, v. 1, p.44, abril 2000.

